



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONJUNTO - CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS / CIÊNCIA E TECNOLOGIA / ESPECIAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Seminário	Nº: 1133/11	DATA: 16/08/2011
INÍCIO: 09h19min	TÉRMINO: 12h18min	DURAÇÃO: 02h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h48min	PÁGINAS: 57	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ALOIZIO MERCADANTE – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA – Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social
EMIR JOSÉ SUAIDEN – Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
GLAUCO ARBIX – Presidente do FINEP.
ROBERTO SIMÕES – Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.
SÉRGIO LUÍS SOUZA MOTTA – Gerente de Serviços Tecnológicos do SENAI.

SUMÁRIO: Seminário sobre o tema *Extensão Tecnológica no Brasil*.

OBSERVAÇÕES

Seminário conjunto do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e com a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.
Houve exibição de imagens.



O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Autoridades presentes, bom dia! Inicia-se neste momento o Seminário Extensão Tecnológica no Brasil, realização da Câmara dos Deputados.

O Seminário tem o objetivo de discutir as perspectivas de aperfeiçoamento da matriz tecnológica do País, com foco na assistência das micro e pequenas empresas e na capacitação da população em geral.

O evento é uma iniciativa do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e com a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Para compor a Mesa de Abertura, convidamos o Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira; o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Bruno Araujo; o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante; o Exmo. Sr. Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, Deputado Gastão Vieira; o Sr. Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica — CONIF, Prof. Cláudio Ricardo Gomes de Lima; o Exmo. Sr. Deputado Ariosto Holanda, integrante do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados e proponente da realização deste Seminário; o Ilmo. Sr. Alexandre Navarro, Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional. (*Palmas*).

Senhoras e senhores, pedimos a todos que se coloquem em posição de respeito para ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Convidamos a fazer uso da palavra, como integrante do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados e proponente da realização deste seminário, o Exmo. Sr. Deputado Ariosto Holanda.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Bom dia a todos.

Queria cumprimentar, neste momento, o nosso Presidente do Conselho de Altos Estudos, que preside esta nossa solenidade, Deputado Inocêncio Oliveira.



Faço uma saudação especial ao Ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que aceitou de pronto participar deste evento, no qual vamos procurar encontrar soluções alternativas para o nosso desenvolvimento.

Queria cumprimentar também o nosso Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputado Bruno Araújo; e o Presidente da Comissão Especial do PNE, Deputado Gastão Vieira. Registro os meus agradecimentos aos dois Deputados e também ao Deputado Inocêncio, porque não só apoiaram o nosso requerimento para a realização deste Seminário, como também nos deram todo o incentivo para a sua realização.

Saúdo aqui o nosso Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal — CONIF, Reitor Claudio Ricardo. E, por seu intermédio, quero saudar todos os Reitores aqui presentes, das diferentes Regiões do País.

Saúdo o nosso companheiro Alexandre Navarro, que neste ato representa o Ministro Fernando Bezerra; e o Secretário Mário Lima, que representa o Ministro Leônidas Cristino.

Minha saudação a todas as autoridades aqui presentes. Desejo-lhes boas-vindas a este nosso Seminário, que, com certeza, será abrilhantado com o debate e a presença dos senhores.

Sr. Ministro, V.Exa. acaba de inaugurar a exposição de um CVT. Na saída, eu encontrei uma pessoa que disse: *“Deputado, isso é escola para gente rica”*.

Imitando o nosso Joãozinho 30, eu disse: *“Pobre gosta de coisa boa também; não é só rico, não”*.

Então, trouxemos esta exposição para servir de modelo e de exemplo, inclusive pautada no programa do Ministério de V.Exa.

Esta minha fala é mais no sentido de tecer algumas considerações sobre este nosso Seminário.

Queria também cumprimentar todos os Parlamentares que vieram nos prestigiar. Saúdo a todos, os Parlamentares da Comissão de Ciência e Tecnologia, os da Comissão de Educação, os do Conselho de Altos Estudos.

Sr. Ministro, este Seminário, que vai tratar da extensão tecnológica no País, foi aprovado por essas três Comissões que acabei de citar. Mas ele vai ser realizado



em dois painéis: um painel vai tratar da assistência tecnológica às micro e pequenas empresas; e outro painel vai tratar da capacitação tecnológica da população.

No primeiro painel, nós deveremos discutir as ações de extensão voltadas para as micro e pequenas empresas. Elas representam, hoje, segundo dados do IPEA, do Marcio Pochmann, 97% das empresas nacionais. No entanto, a sua mortalidade é bastante elevada. Por ano, nascem 720 mil micro e pequenas empresas, e morrem 650 mil. E nós observamos que as políticas públicas para esse segmento das micro e pequenas empresas encontram-se concentradas somente em três ações. E eu sempre penso na micro e pequena empresa como a estrutura que precisa de quatro apoios.

A primeira ação, que é da assistência gerencial, digo que faz com muita competência, nota 10, o sistema SEBRAE. O SEBRAE presta esse serviço inestimável à micro e pequena empresa, na assistência gerencial.

A outra assistência que nós temos é a assistência financeira. E aí estão os bancos de desenvolvimento oferecendo recursos, tanto Caixa Econômica, BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, que garantem recursos às micro e pequenas empresas.

Nós temos a assistência ao mercado. Então, há a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, há a lei das compras governamentais, há a questão da tributação. Por sinal, a nossa Presidenta Dilma lançou, na semana passada, o Programa Mais Simples, diminuindo a tributação.

Sr. Ministro, falta a quarta perna. A quarta perna, que leva à inovação, eu a chamo de assistência tecnológica.

E aqui eu gostaria de — alguns aqui do SEBRAE, com certeza, vão se lembrar — citar um programa que existiu na década de 1980, chamado PATME — Programa de Assistência Tecnológica à Micro e Pequena Empresa. Esse PATME era uma ação conjunta no antigo SEADE. E não era nem SEBRAE; era SEADE.

Quem é que se lembra? Alguns de vocês se lembram do SEADE. Então, entrava o SEADE e os institutos estaduais. Um fazia a gestão e outra fazia a tecnologia.

Então, essa ação conjunta é que dava fortalecimento às micro e pequenas empresas.



Então, é um desafio a V.Exa. se pudermos resgatar o antigo PATME, garantindo a quarta perna, que é a da assistência tecnológica.

Eu tenho certeza de que muitas micro e pequenas empresas morrem porque não conseguem inovar. E elas não inovam, sabem por quê? Porque elas estão distantes de quem tem o conhecimento. E quem tem o conhecimento? As universidades, os institutos tecnológicos, os institutos federais, os institutos de pesquisa. Então, elas estão distantes do conhecimento.

E nós entendemos aqui por assistência tecnológica, para que não fique dúvida, aquela que proporciona às empresas serviços de metrologia, propriedade industrial, melhoria de processo, melhoria de produtos, análises laboratoriais e capacitação tecnológica do seu corpo, dos seus trabalhadores.

Então, nesse primeiro painel, aí está um bom desafio: como aproximar as micro e pequenas empresas dessas instituições? A extensão seria um caminho? A extensão, como eu entendo, é transferência de conhecimento, transferência de tecnologia.

Então, as instituições que vão debater esse tema do primeiro painel são: SENAI, CNI, SECIS, que é a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social, do Ministério, FINEP e o IBICT. Muita gente, às vezes, não conhece o IBICT, que é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Eu considero, hoje, a informação como a mercadoria mais importante do mundo moderno. Então, tem que ser ressaltado o papel do IBICT nesse processo.

O segundo painel, Sr. Ministro, vai tratar da capacitação tecnológica da população pela via da extensão. E aí eu queria uma atenção de V.Exa., porque essa proposta foi destaque na Comissão Especial de Educação, que trata do PNE. O nosso Deputado Gastão Vieira, que a preside, lembra que nós levantamos essa questão do PNE, porque, ao analisar as 20 metas pré-estabelecidas para o PNE, nós vimos que elas alcançam muito bem os programas educacionais que vão da creche às universidades. Estão atendendo muito bem. Mas o IBGE e o PNAD chamam atenção para os analfabetos funcionais. Na faixa etária de 15 a 64 anos, existem, meus senhores, 130 milhões de brasileiros. Desses, 50 milhões são considerados analfabetos funcionais. São pessoas que não entram no novo mercado de trabalho, que exige conhecimento.



Como capacitar essa população? Foi consenso da Comissão que a extensão seria um mecanismo mais ágil e flexível para levar o saber a todos aqueles que não têm mais tempo para ir a uma escola formal, mas que precisam adquirir novos conhecimentos.

Então, para discutir esse painel, foram convidadas as instituições CNPq, o CONIF — Conselho Nacional de Institutos Federais, o Fórum dos Pró-Reitores das Universidades, e a EMBRAPA, que tem um acervo fabuloso nessa área de pesquisa e de conhecimento. Elas irão, certamente, encontrar um caminho.

Mas eu queria, a princípio, dizer o seguinte: que projetos do MCT, como os APLs, os CVTs e as incubadoras, poderiam fazer parte de um amplo programa nacional de extensão tecnológica. Nós, por sinal, trouxemos do instituto CENTEC, do Ceará, que foi liberado pelo nosso Governador Cid Gomes uma estrutura de CVT. Para aqueles que não conhecem um projeto do CVT, aqui, à frente, nós montamos um protótipo do que seria o CVT, com os laboratórios de física, química, biologia, informática, sala de videoconferência, eletromecânica. Esse projeto foi publicado pela Câmara. Aqueles que não receberam, recebam esse projeto, que detalha os três níveis de CVT, definidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia: CVT 1, CVT 2 e CVT 3.

Então, Sr. Presidente, eu alimento um sonho, e, ao mesmo tempo, lanço este desafio para o nosso Ministro Aloizio Mercadante. Até o final do Governo da Dilma, nós devemos ter a presença dos institutos federais em 600 Municípios. Se os somarmos com as universidades federais, que também estão entrando nesse interior, vamos ter em torno, vamos dizer, de 800 presenças de instituições federais nos Municípios. Se colocarmos em torno de cada um desses centros um CVT, para fazer a extensão, vamos chegar, Sr. Ministro, a 3 mil Municípios. Então, vamos ter uma capilaridade e vamos resgatar neste País a extensão, porque quem fala em ciência e tecnologia tem que pensar no tripé: o “P”, o “D” e o “E”. O “P”, da pós-graduação e da pesquisa; o “D”, do desenvolvimento tecnológico e da inovação; e o “E”, da extensão, da transferência do conhecimento.

Neste ponto, eu queria ressaltar que recursos já foram equacionados, digo não em quantidade, mas para atender ao “P”, que é pós-graduação e pesquisa, para o qual existem recursos já significativos; e ao “D”, do desenvolvimento tecnológico,



em que nós temos o programa da inovação, temos os fundos setoriais. Mas, e o “E”? Ninguém está encontrando recursos para o “E”. E aí é que eu queria, neste momento, lançar este desafio. E, aí, eu quero me valer do Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, o Deputado Bruno Araújo, para que possamos discutir na Comissão uma ação política que venha a garantir recursos orçamentários para o Ministério da Ciência e Tecnologia para o papel da extensão, porque, hoje, praticamente, o Ministério só sobrevive de emendas parlamentares. Então, um programa que se baseia em emendas eu acho que não tem consistência

Então, Deputado Bruno Araújo, a ideia é discutir, dentro da Comissão de Ciência e Tecnologia, um caminho para fazermos uma emenda à LDO, contarmos com os nossos parceiros. O Deputado Babá poderia encaminhar, bem como o Newton Lima e todos os parceiros que estão aqui, para a gente trabalhar essa emenda, para que o Ministro tenha condições de realizar esse programa.

Finalmente, Sr. Ministro, queria fazer um apelo a V.Exa: esta Câmara e o Conselho de Altos Estudos... O Deputado Inocêncio se lembra de, quando fizemos aquele *Caderno de Capacitação Tecnológica da População*, terminamos com um projeto de lei, que foi o PL nº 7.394. Esse PL foi aprovado aqui nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Educação, Tributação e Constituição e Justiça e está, vamos dizer, empacado no Senado. Por isso peço ao Ministro, que conhece bem aquela Casa, que agilize o seu trâmite, para que o Ministério possa usufruir desses recursos, que são recursos para a extensão. São recursos que dariam, pelos meus cálculos, qualquer coisa entre 300, 400 ou 500 milhões por ano para a extensão tecnológica no País.

Finalmente, nós vamos encerrar este Seminário — e aqui falo para todos —, fazendo um manifesto para que seja recriada, em nível nacional, uma rede de extensão tecnológica. No final da tarde, nós vamos passar uma lista, e aqueles que quiserem aderir a essa rede... É para que a gente possa ter força política. Vai ser um movimento que eu chamo de republicano e suprapartidário. A ideia é de que resgatemos a extensão tecnológica no País.

Precisamos definir 5 representantes — e nós vamos ver quem pode ser representado — para nomear uma Comissão Provisória, a fim de, no prazo de um mês, definir a estrutura da Rede Nacional de Ciência e Tecnologia. Eu pediria até ao



Ministro Mercadante que alguém do Ministério participasse dessa Comissão Provisória, para bem desenharmos essa rede.

Então, pessoal, eu queria agradecer a atenção de vocês, falar do prestígio de vê-los participando deste Seminário e concluir dizendo, Sr. Ministro, que a educação, a ciência e a tecnologia são os melhores caminhos para diminuirmos a distância de um país, que é o 7º PIB do mundo, daquele país que ocupa a 71ª posição em Índice de Desenvolvimento Humano. Então, só nós vamos poder desconcentrar essa renda com educação, ciência, tecnologia e trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Ouviremos agora o Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA - Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante; Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Bruno Araújo; Exmo. Sr. Presidente da Comissão do Plano Nacional de Educação, Deputado Gastão Vieira; Exmo. integrante da Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados e proponente da realização deste Seminário, Deputado Ariosto Holanda; Exmo. Sr. Secretário Executivo do Ministério da Integração Nacional, Alexandre Navarro; Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional de Ciência e Tecnologia — CONIF, Prof. Cláudio Ricardo Gomes de Lima; Sras. e Srs. Deputados; Sra. Deputada Ana Arraes; Sr. Deputado Gonzaga Patriota; Sr. Deputado Newton Lima; Sr. Deputado Júlio Campos; Sr. Deputado Dr. Ubiali; Sr. Deputado Sibá Machado; Sr. Deputado José Humberto; Sr. Deputado Izalci; Sr. Deputado João Ananias; Sr. Deputado Amauri Teixeira; minhas senhoras e meus senhores.

Neste dia em que abrimos este Seminário, eu tenho uma dupla responsabilidade: representar o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, que, por motivo superior, pediu-me que fizesse parte da Mesa para representá-lo; e também representar o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica como seu Presidente.



Gostaria de dizer, inicialmente, que, semelhante ao que foi feito em 2003, quando o Deputado Ariosto Holanda propôs o estudo do *biodiesel* e trouxe aqui uma usina de *biodiesel*, montada e funcionando... E, depois de funcionar, aquele *biodiesel* foi utilizado diretamente em tratores, caminhões, numa demonstração de que há possibilidade de melhorar a vida dos pequenos produtores do nosso Semiárido.

Em 2008, o Deputado Ariosto Holanda propôs um trabalho no Conselho que foi publicado e denominado *Capacitação Tecnológica da População*. Gostaria de dizer que o Conselho vive no fiel de uma balança. Para não competir com as Comissões Permanentes da Câmara, estuda matérias que são importantes para formulação de políticas públicas para o País, para o Poder Legislativo.

Este Seminário de Capacitação Tecnológica da População — inclusive com dois painéis: o primeiro, *Capacitação Tecnológica da População*; e o segundo, *Capacitação Tecnológica das Micro e Pequenas Empresas* — tem uma responsabilidade muito grande. Em primeiro lugar, o sonho de todos os Prefeitos é fazer a chamada Cidade Digital. E Cidade Digital nada mais é do que a expansão da banda larga a todos os habitantes da região. Portanto, nós fizemos esse estudo sobre a expansão tecnológica da população.

Nasceu também no Conselho a ideia *a laptop for child* — um computador por aluno. Nós a propusemos ao Presidente Lula. E ele, naquela oportunidade, adquiriu 250 mil computadores, e depois propôs, em 3 anos, mais 250 mil para completar 1 milhão. Nasceu lá também o mercado de *software* no Brasil. O Brasil precisa urgentemente de produzir seus *softwares*, para não continuar importando uma grande quantidade e perdendo grandes recursos.

O Brasil é o 13º país em pesquisa, em conhecimento, mas, graças a Deus, nós temos avançado bastante nesse setor. As micro e pequenas empresas só têm condições de competir com seus produtos, num mercado de trabalho cada vez mais exigente, se elas tiverem capacitação tecnológica, se elas estiverem tecnologicamente preparadas para produzir produtos de boa qualidade.

Também eu gostaria de dizer que, em relação à discussão da capacitação tecnológica da população, o Secretário Executivo da Integração Nacional, Alexandre Navarro, é testemunha de que, quando o Governador Eduardo Campos era Ministro



da Ciência e Tecnologia, nós lançamos os arranjos produtivos locais, os CVTs, e, naquele momento, discutimos também as infovias do conhecimento.

Nós precisamos cada vez mais capacitar a população brasileira. Não é apenas nos grandes centros urbanos, mas interiorizar essa capacitação tecnológica, para que não aconteça como nas universidades, com exceção de alguns Estados mais ricos, onde foi preciso que o Presidente Lula ampliasse — e agora a Presidenta Dilma — os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as chamadas escolas técnicas e também as universidades, para que pudessem chegar ao interior do País. Nenhuma região se desenvolve se não tiver educação. Educação é a base de tudo. E o Deputado Ariosto Holanda repete uma frase muito importante no Conselho: “Muito pior do que o analfabetismo educacional é o analfabetismo tecnológico, porque exclui toda a população”.

Assim sendo, gostaria de dizer que fico muito feliz em abrir este seminário. E convidaria todos para um seminário muito importante amanhã, patrocinado pelo Conselho, novamente com a presença do nosso querido Ministro, que demonstra, assim, mais uma vez, o seu apreço para com o Congresso Nacional. Vamos discutir a inovação tecnológica, a propriedade intelectual e patentes, tema que está sendo relatadas pelo ex-Reitor da Universidade de São Carlos e hoje Deputado Newton Lima.

O Conselho tem feito um trabalho voltado sobretudo para aqueles setores carentes do Brasil, aqueles setores que precisam cada vez mais avançar, para que possamos realmente usufruir dos benefícios ensejados por este mundo globalizado em que vivemos.

Gostaria também de repetir mais uma vez que o Conselho está aberto a todos os senhores. Quem quiser participar pode fazê-lo. Agora mesmo, estamos discutindo uma matéria importante: logística, portos e integração das rodovias e das ferrovias brasileiras, do sistema intermodal. Estamos discutindo no Conselho para que possamos tirar alguns estrangulamentos existentes.

Queria saudar o Governo da Presidenta Dilma por este ano ter destinado 75 mil bolsas, ampliando cada vez mais a participação dos pesquisadores. A Índia é um país dividido, está, como o Brasil, no limite entre país em desenvolvimento e país desenvolvido, e já manda 10 mil pesquisadores com bolsa de estudo. Nós temos o



sonho de, no máximo em 5, 10 anos, ter 1 milhão de pesquisadores no Brasil, para que possamos cada vez mais mostrar a capacidade do brasileiro, mostrar que o Brasil é capaz não só de pesquisar, mas de descobrir novos conhecimentos.

Ontem mesmo, li uma matéria importante segundo a qual um brasileiro que passou 10 anos nos Estados Unidos está no Estado do Rio Grande do Norte pesquisando neurociência. No final, o repórter faz esta pergunta: “No futuro, as pessoas serão capazes de se comunicarem através da mente, sem usar a palavra?” Todos sabem que o avanço do homem foi sobretudo através da palavra, através da comunicação. Ele disse que já está pesquisando isso e que num futuro não próximo, nem a médio prazo, mas num futuro a longo prazo, talvez uma pessoa seja capaz de se comunicar com outra através do pensamento.

Gostaria de dizer que o Brasil tem capacidade, o Brasil tem povo, o Brasil tem pessoas capazes de fazer esses avanços tecnológicos que o mundo deseja e todos esperamos.

Um abraço fraterno. Que Deus nos ajude e nos inspire cada vez mais a lutar por uma sociedade justa, fraterna, humana, solidária, distributiva, que nos possibilite, em qualquer região onde vivamos ou exerçamos nossa atividade, ter os mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Ouviremos agora o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante.

O SR. MINISTRO ALOIZIO MERCADANTE - Bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, quero saudar o Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, Deputado Inocêncio de Oliveira, que conheci quando cheguei a esta Casa, em 1990, e está tão jovem quanto era na época — precisa nos contar o segredo. Saúdo o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Deputado Bruno Araújo, e também o trabalho da Comissão, que tem sido republicana e uma parceria muito importante para o Brasil nesta área de ciência e tecnologia. Saúdo o Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Educação, que é uma das grandes tarefas que a Câmara tem ao longo deste ano e absolutamente essencial para o nosso Ministério. Saúdo o Deputado Ariosto Holanda. Também o encontrei aqui em 1990 já



com essa bandeira da ciência, tecnologia e inovação. O Deputado Ariosto sempre foi um guerreiro nessa agenda e continua muito coerente com toda a sua trajetória e a sua militância. Está de parabéns, inclusive pela iniciativa de trazer um CVT para a porta da Câmara, o que acho que vai sensibilizar bastante o Parlamento para as discussões futuras do Orçamento. Saúdo o Presidente do CONIF, Cláudio Ricardo Lima, e as instituições que ele representa. Saúdo Alexandre Navarro, Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional — foi também Secretário-Executivo do nosso Ministério da Ciência e Tecnologia. Saúdo o Deputado Newton Lima Neto; a Deputada Ana Arraes; o Deputado Gonzaga Patriota, que está de pé — está crescendo, não é Gonzaga?; o Deputado Izalci Lucas; o Deputado José Humberto; o Deputado João Ananias; o Deputado Sibá Machado, que está fazendo um trabalho importante sobre o marco regulatório. Saúdo também, do nosso Ministério, o Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, Marco Antonio de Oliveira; o Presidente da FINEP, Glauco Arbix, que está aqui também. Saúdo o Rolf e o João Pedro — João Pedro é ex-Senador, Rolf foi Presidente do INCRA —, que têm ajudado de forma decisiva o nosso Ministério. Saúdo todos os Parlamentares e demais presentes que não tenha citado.

Vou fazer uma apresentação breve, mas organizada, para deixar as informações, porque acho muito importante um relatório que saia deste trabalho. Espero que ele ajude a inspirar o Ministério. Seguramente, vamos tratar com toda a atenção as recomendações que vierem da Câmara. Portanto, quero deixar também aqui o nosso subsídio para o trabalho que vai ser feito.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, esses são dois indicadores que acho precários, insuficientes, mas são os únicos que temos disponíveis em nível internacional.

Esse é o da produção científica. O Brasil está em décimo terceiro lugar. São basicamente publicações indexadas em revistas especializadas reconhecidas internacionalmente.

O Brasil vem crescendo cinco vezes mais que a média internacional na produção científica que tem essa métrica.

Esse é o *ranking* de inovação. O Brasil é o quadragésimo sétimo, subiu 20 posições. É um *ranking* também bastante insuficiente. Mas, de qualquer forma, para



quem é a sétima economia do mundo, os dois indicadores, especialmente o primeiro, são muito motivadores, mas temos muita coisa a fazer para estarmos do tamanho que o Brasil tem na economia mundial pela importância que o País já consolidou.

Esses são os gastos de pesquisa e desenvolvimento em porcentagem do PIB. Vocês vejam que o Brasil está passando, agora, Portugal e a Espanha e talvez passe a Inglaterra ainda este ano. Estamos subindo fortemente. O amarelo são o Estado brasileiro e os demais Estados nacionais, e o azul são as empresas. Vejam que, na Coreia, 2,5% do PIB, quase duas vezes tudo que o Brasil investe em P&D, são só do setor privado; no Japão, 2,6%. Vemos os Estados Unidos, e assim por diante. No Brasil, o setor privado investe muito pouco em pesquisa e desenvolvimento. Esse 0,57% embute a PETROBRAS, que este ano investirá, sozinha, 1 bilhão, 252 milhões de reais em pesquisa e desenvolvimento, através do CENPES e das suas parcerias.

O setor privado investe 0,3% do PIB. É muito pouco. O empresariado brasileiro, felizmente, está acordando e está sentindo que é decisivo para o seu futuro investir em inovação.

A CNI criou o Movimento Empresarial pela Inovação. Estamos criando esse movimento em todos os Estados do Brasil. E vimos sentindo uma mudança de atitude. O Brasil investe pouco porque tivemos 20 anos de recessão, hiperinflação. Investe pouco porque criamos uma cultura passiva diante da inovação, diferente da China, que sempre exigiu: qualquer investimento externo tem que ter transferência de tecnologia, tem que ter parceria com empresa nacional. Com isso, eles foram aprendendo a fazer, foram transferindo tecnologia e agora querem liderar. E estão liderando em vários setores, já são a segunda economia do mundo.

Então, temos que exigir mais transferência de tecnologia de quem quer investir no Brasil, hoje o terceiro país que mais recebe investimento externo no mundo. E precisamos mudar a atitude, para uma atitude mais proativa, mais firme, no sentido da transferência de tecnologia.

Vou dar um exemplo de como está mudando. A FINEP, neste semestre, tem, de demanda por inovação, 4 bilhões e 200 milhões de reais de projetos novos. No ano passado todo, tivemos 1 bilhão e 800 milhões de crédito e subvenção na FINEP.



Este ano, vamos ter em torno de 5 bilhões de reais de crédito. Então, há uma demanda muito mais forte, o que é um excelente sinal para o futuro do Brasil.

Esse é o esforço do Estado brasileiro com a pós-graduação. Vejam que formávamos 5 mil mestres e doutores em 1987 e estamos formando hoje mais de 50 mil mestres e doutores por ano. Houve uma interiorização, houve uma desconcentração. O Nordeste, dos Deputados Inocêncio e Ariosto, formava 1,4% dos mestres e doutores do Brasil. Hoje, está formando 10%.

Houve um esforço muito grande na última década para ampliarmos a rede de pós-graduação.

Esses são os alunos. Formávamos 324 mil alunos em 2000 e estamos formando hoje 1 milhão de alunos por ano. Triplicamos a graduação no Brasil na última década. No entanto, as engenharias passaram de 22 mil para 47 mil, apenas dobraram. São 5,9% dos formandos. Há um *deficit* de engenheiros muito grave no Brasil.

Por exemplo, a Coréia forma um engenheiro para quatro formandos. Nós estamos formando um engenheiro para 50 formandos. Então, o Governo está muito atento a essa questão. Lançaremos, brevemente, um pró-engenharia, um programa completo, para dobrarmos, em 4 anos, a formação de engenheiros no País. Mas há um *deficit* importante que precisa ser atacado.

Quanto a bolsas de estudo concedidas, quero chamar a atenção para o crescimento: humanas, 66%; Engenharia, 1%; ciências exatas e da terra, menos 16%. Então, há setores que estão defasados diante da expansão da pós-graduação e dos desafios da economia.

Por isso, estamos lançando esse programa. Não tenho tempo de detalhá-lo, mas queria registrar aqui: são 75 mil bolsas que o Governo financiará nos próximos 3 anos, 3 bilhões e 200 milhões de reais de investimento. Para quê? Para colocar os melhores alunos do Brasil nas melhores universidades do mundo. Estamos selecionando as 50 melhores universidades em cada uma das áreas selecionadas. Quais são as áreas? As áreas em que precisamos dar um salto: ciências básicas — Matemática, Física, Química, Biologia; ciências médicas; engenharias; e tecnologias. Então, o programa está focado nessas áreas estratégicas e está bem desenhado. Quem entrar no *site* do CNPq pode ver quais são as áreas identificadas e os



critérios para os alunos participarem: alunos que têm bolsa iniciação científica; alunos que receberam medalhas nas Olimpíadas de Matemática e Ciências; alunos que tiveram mais de 100 pontos no ENEM — são 143 mil, em todos os Estados do Brasil; alunos capacitados. Então, a nossa ideia é de 27.100 bolsas de graduação.

Hoje, assinarei convênio com 250 universidades que já foram selecionadas no Brasil. Vamos iniciar com 2 mil bolsas de estudo já este semestre, dentro do Programa Ciência sem Fronteiras, para graduação. Depois, 24.600 alunos de doutorado — 1 ano, bolsa sanduíche; 9.790 para doutorado integral, em áreas estratégicas; para pós-doutorado, 8.900 bolsas; para pesquisadores seniores, 2.660; para especialistas em empresas, em parceria com as empresas, 700 bolsas; jovens cientistas no exterior, especialmente brasileiros que queiram voltar para o Brasil — e tem muita gente querendo voltar para o Brasil hoje —, 860 bolsas. E pesquisadores seniores. É uma parceria, pesquisadores de alto nível internacional que virão para o Brasil, durante 3 anos, para dirigir e participar de pesquisas. Então, é um programa para internacionalizar a ciência brasileira.

O Deputado Bruno disse que esteve na... No MIT, tínhamos 14 cientistas brasileiros fazendo doutorado. A China e a Índia tinham em torno de 200. Fizemos acordo com o MIT e estamos indo para 200 bolsas, porque é a melhor escola de engenharia do mundo.

Então, é um programa extremamente agressivo, é um grande investimento do Estado brasileiro, e queremos que o setor privado acompanhe esse esforço complementando as outras 25 mil bolsas, para podermos chegar a 100 mil bolsas. E está crescendo muito o número de empresas que estão participando de várias modalidades. Por exemplo: a British Gas está dando 450 bolsas de engenheiro por ano para estudo na Inglaterra e nos Estados Unidos. A Portugal Telecom fez um projeto: para todos os alunos que forem a Portugal, para as três escolas que foram selecionadas — Escola de Engenharia de Lisboa, Universidade de Coimbra e Universidade de Aveiro —, em cursos específicos, Ciências da Computação, Matemática ou Engenharia, vai pagar todas as taxas e dar um estágio remunerado, com o compromisso de contratá-los no Brasil quando voltarem. Então, há várias modalidades, e nós queremos ampliar para chegarmos a 100 mil bolsas.



Essa é a RNT. O IBICT, depois, vai falar do trabalho que faz, do banco de teses espetacular: temos 170 mil teses já digitalizadas na Internet, de mestrado e doutorado, de todas as áreas de conhecimento.

Aqui, o esforço que estamos fazendo este ano: 150 milhões de reais para ampliar a RNP, a nossa rede de banda larga, para sustentar as universidades federais, os institutos de pesquisas e todo esse esforço, CVTs. Sem banda larga, sem estrada, sem infovia, não temos como ampliar essa estrutura. Então, estamos ampliando-a fortemente, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, que estavam muito defasadas.

Essa é a nossa rede de hospitais universitários, que estão interligados pela RNP.

Aqui, o CEITEC. Essa fábrica já está concluída, a obra já foi entregue. Queremos iniciar a produção de semicondutores no Brasil. Só 20 países produzem semicondutores. E o domínio dessa tecnologia permite ao País dar um salto extraordinário na indústria eletroeletrônica, na indústria de informática, em áreas estratégicas do conhecimento.

Essa fábrica vai permitir ao Brasil aprender a fazer e formar recursos humanos, porque sem recursos humanos não entramos nesse setor. Por exemplo, numa linha de semicondutores de difusão gasosa precisamos de mil engenheiros treinados. Então, é um esforço que o Brasil precisa fazer. E estamos negociando paralelamente, com alguns grandes investimentos internacionais, a vinda da indústria de semicondutores no Brasil.

Esse é um sistema que também estamos implantando. Até o verão, já estará pronto. É o CEMADEN, um sistema de alerta e monitoramento de desastres naturais. Vai ficar no CPTEC-INPE, em Cachoeira Paulista. É um projeto que vai nos permitir disparar um alerta para mudanças climáticas. Temos uma dificuldade: poucos Municípios mapearam sua estrutura geológica e área de risco. Precisamos concluir esse mapeamento. O CPRM está contratando helicópteros a laser. Mas é um grande desafio. Vocês viram: mesmo agora, no inverno, tivemos 140 mil pessoas desabrigadas no Rio Grande do Sul; 14 mil no Vale do Ribeira, em São Paulo; mortes na Paraíba. Quer dizer, para o verão, temos que começar a implantar projetos pilotos no sistema de alerta.



Aqui, começamos a chegar à nossa agenda, a EMBRAPI. Estamos montando a Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial. A EMBRAPA é para a agricultura; a EMBRAPI, para a indústria. Precisamos fazer inovações na indústria como a EMBRAPA faz na agricultura. Estamos começando com três centros. Fizemos um acordo com a CNI. A gestão da EMBRAPI vai ser predominantemente privada. Esses centros vão atender à demanda da indústria, especialmente pequenos e médios empresários. Quem quiser inovar deve ir lá e ver o que precisa. Vamos ter especialistas em áreas específicas das cadeias produtivas para atender essa demanda.

Selecionamos três centros para iniciar o projeto piloto: o IPT de São Paulo; o CIMATEC, do SENAI, na BAHIA, que é um excelente centro, o melhor do SENAI; e o Instituto Nacional de Tecnologia, INT, no Rio de Janeiro, que é do nosso Ministério.

Esse é do Governo de São Paulo. São três centros de alto nível. Queremos chegar a 30 centros. Estamos fazendo uma parceira com a Fundação Fraunhofer, da Alemanha, para um modelo de gestão e para garantir essa experiência. A governança da EMBRAPI vai ser majoritariamente privada.

É um trabalho muito focado na média e na pequena empresa.

Sobre extensão tecnológica, vou falar de forma muito rápida. O Marco Antônio falará em seguida e vai detalhar todo o nosso projeto. Estamos concentrando experiências na área de tecnologia social. Queremos fortalecer essa área de atuação. Vamos lançar um grande programa de tecnologia assistiva. Fizemos um cadastro com os dez países mais desenvolvidos do mundo. Tudo que existe de tecnologia para pessoas com deficiência, todas as tecnologias, da muleta até o automóvel mais moderno, tudo que existe vai estar disponibilizado. Vamos lançar linhas de financiamento da FINEP para a indústria que quiser produzir aqui. Os bancos públicos vão financiar para a população de baixa renda adquirir os equipamentos. Enfim, vai ser um programa bastante amplo. Eu diria que em 1 mês esse programa deve ser lançado. E nós queremos montar um centro nacional de tecnologia assistiva. A pessoa que tem deficiência visual já tem uma reguinha em Braille que vai passando no livro e vai lendo automaticamente. É impossível não atendermos esse tipo de demanda ou não termos um equipamento de uso da informática, por exemplo, para o deficiente visual ou o deficiente auditivo, que



digitam muito bem, são altamente eficientes. São mais de 20 milhões de pessoas. Nós podemos fazer a inclusão produtiva, mudar a qualidade de vida, se olharmos a tecnologia também para a inclusão social dessa parcela da população.

Outra área é a economia verde sustentável. Vamos ter a Rio + 20 aqui. A FINEP está organizando uma feira de tecnologia verde para o Brasil mostrar para o mundo tudo que temos. A população mundial está indo para 9 bilhões de pessoas, com 85% vivendo nas cidades. Temos problemas dramáticos de recursos humanos e, diria, de recursos naturais para as próximas décadas, e a solução está na tecnologia, na economia verde, na sustentabilidade, na preservação da água, na emissão de carbono...

Estamos dando muita ênfase também, especialmente agora, no Ministério, a reciclagem de produtos de lixo eletrônico. Estamos fazendo a recuperação desses equipamentos. Estamos fazendo um programa nacional para fazer a reciclagem do lixo eletrônico, a recuperação. Temos, por exemplo, na entidade dos Maristas em Pernambuco, um trabalho belíssimo. Mil computadores foram recuperados. Saíram do lixo para serem distribuídos em programas sociais. Essa é uma área em que temos muito interesse em avançar.

Na agricultura familiar, temos desenvolvimento rural e socioambiental. Damos apoio. Aí, são mais as CATs, é mais a EMBRAPA, mas temos feito também alguns serviços nessa área.

Aqui, os CVTs. Temos quatro tipos de CVTs: para cidades até 20 mil habitantes; de 20 mil a 50 mil; para mais de 50 mil habitantes; e o móvel, que é um caminhão, barco ou ônibus para levar esse tipo de extensão tecnológica para as comunidades.

Estamos padronizando os CVTs, estamos padronizando a cidade digital, o programa de inclusão digital. Vai ter ata de preço, pregão eletrônico, padrão de certificação para expansão desses equipamentos, para que eles não sejam uma coisa passageira, tenham longo prazo. A TELEBRAS está certificando toda a nossa visão de expansão do programa de banda larga.

Acho que, com essa padronização, com essa qualificação — concordo integralmente com o Ariosto, que vem lutando por isto há muitos anos —, podemos dar o grande salto de levar a formação profissional, de levar a formação tecnológica,



de levar o desenvolvimento daquilo que é a vocação de cada Município, de cada região do Brasil, especialmente para as regiões menos desenvolvidas, com um instrumento de grande impacto social e econômico que são os CVTs.

A nossa expectativa é ampliar essa rede. Agora, estamos mudando a gestão. Tem que estar ligada a um instituto federal, tem que estar vinculada a uma universidade federal. (*Palmas.*) E fizemos um acordo com o MEC, porque não adianta o Estado chegar lá, construir o equipamento e deixá-lo lá. No primeiro ano funciona bem, no segundo também, mas no terceiro perde o sentido. A comunidade não tem como dar sustentação. As Prefeituras nem sempre atendem de forma adequada. Então, isso tem que ser responsabilidade do Governo Federal. E não faremos mais só como MCT — MCTI agora, Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação. Mudou o nome e mudou a política também. Queremos mais foco em inovação. É essa a ideia.

O Ministro Sérgio Rezende fez um excelente trabalho no Ministério. Chamou a atenção para essa questão do CVT. Nós trabalhamos fortemente este semestre para ter essa vinculação com os institutos, e o MEC vai participar do projeto, inclusive colocando recursos.

Então, MEC e MCTI, temos condições de pensar grande quanto à expansão. E um programa como esse também dá segurança ao Parlamentar. Ele vai ajudar a construir no seu Município um instrumento moderno, que tem sustentabilidade, tem credibilidade, fortalece, tem visibilidade, atinge a população jovem, ajuda o mercado de trabalho, ajuda o desenvolvimento econômico.

Realmente acho que é um projeto muito importante que estamos buscando padronizar, certificar, dando continuidade e sustentabilidade.

Para terminar, este ano colocamos mais 4 bilhões de crédito na FINEP. Recebemos agora no Brasil Maior 4 bilhões de reais, com taxa de juros de 4% a 5%, para inovação. Então, é um instrumento.

Estamos pensando — eu convidei a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara para pensarmos juntos, Glauco — em fazer uma feira para os pequenos empresários. A ideia básica é a seguinte: assim como há o feirão do imóvel — no qual a Caixa facilita e vende não sei quanto —, estamos pensando em fazer um feirão da inovação para o pequeno empresário.



Chamaremos o Banco do Brasil, a Caixa, o BNDES, a FINEP e os bancos privados que financiam capital semente, todos os agentes de financiamentos, várias cadeias produtivas e todo empresário que tiver um projeto de inovação. Vamos fazer no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sudeste, no Sul, no Norte. Uma vez em cada região, para o empresário ir lá apresentar o seu projeto. Se o projeto for bom, já sai dali encaminhado, financiado e resolvido. É muito difícil para o pequeno empresário chegar às instituições de financiamento. Elas têm que chegar aonde os empresários estão. Se dermos oportunidades, vamos colher bons projetos que estão sendo pensados ou ajudar a orientar para que no ano seguinte ele possa apresentar o projeto e amadurecer.

A nossa ideia é democratizar o acesso dos pequenos empresários. Estamos montando o observatório do emprego na FINEP. Queremos saber quanto inova e quanto emprego gerou e prestar conta para a sociedade desses recursos que estão indo para o investimento.

Por último, as compras governamentais. Vocês viram que no Brasil Maior o Governo vai defender o País em relação às importações predatórias. Desonerou fortemente a indústria, devolvendo os créditos que estavam contidos. E um dos aspectos são as compras governamentais. Vamos pagar até 25% a mais do preço do produto se ele gera emprego e inovação no Brasil. Para o complexo de tecnologia da informação e comunicação, para o complexo da indústria da defesa e para o complexo da indústria da saúde, essa política de compra já está vigendo.

Não é possível comprarmos farda para o Exército e importar tecido chinês, por causa da legislação atual, que não permite fortalecer a indústria nacional. O soldado vai ter que trabalhar. Tem que ter emprego, tem que ter produção. O poder de compra do Estado brasileiro, especialmente nas áreas do complexo industrial da defesa, do complexo indústria da saúde e da tecnologia da informação... Por exemplo, queremos colocar as crianças na escola com *tablet*, com banda larga, no século XXI, mas o equipamento tem que ser produzido no Brasil e tem que gerar inovação no Brasil. A lousa digital, o *tablet*, tem que ter conteúdo, tem que ter valor agregado, tem que ter tecnologia nacional. Temos que mudar de atitude para dar o salto, e essa mudança de atitude passa pela quarta perna do Ariosto, que é ampliar



a extensão tecnológica para as comunidades, especialmente para a pequena e média empresa.

O último, para terminar, é o projeto do SIMPLES, que vem nessa direção. Reduzimos as alíquotas, dobramos as faixas do SIMPLES. Hoje, são 3 milhões e 600 mil reais na faixa mais alta. Aumentamos 50% o teto para o SIMPLES e reduzimos as alíquotas para melhorar a eficiência. São 5 milhões e 300 mil pequenos empresários beneficiados.

Quanto à exportação, de tudo que ele exportar não paga imposto. Isso não estava resolvido. É também uma forma de estimular o pequeno empresário a exportar.

Aqui, o microempreendedor individual, também é um segmento de pequenos profissionais que não tinham direito previdenciário e outras condições. O teto passou de 36 mil para 60 mil reais, 67% de correção. Isso também vai atingir milhões de pequenos produtores.

Este País precisa inovar. Como foi dito no lançamento desse programa, o empresário que dirige uma micro ou pequena empresa não é um pequeno empresário. É um grande empresário. Ele precisa de motivação e espaço para crescer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Ouviremos agora o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Bruno Araújo.

O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO - Bom dia, senhoras e senhores. Serei muito breve.

Quebrando um pouco a liturgia e pedindo desculpas ao Ministro e aos demais membros da Mesa, eu cumprimento todos, inclusive os nossos visitantes, os agentes públicos, reitores, profissionais da área de ciência e tecnologia presentes. Peço permissão para cumprimentá-los na pessoa do Deputado Ariosto Holanda, ao mesmo tempo em que cumprimento todos os colegas Deputados Federais, de modo especial os membros titulares e suplentes da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.



Faço isso na pessoa do Deputado Ariosto Holanda porque, seguramente, se toda área temática do Congresso Nacional tivesse um Deputado como S.Exa. — que, mais do que vocacionado, é devocionado (encarregado da devoção) à ciência, à tecnologia e à inovação —, garantiríamos grande qualidade e nível de representação a cada uma dessas áreas temáticas.

Portanto, em nome da Comissão de Ciência e Tecnologia, dos nossos membros titulares e suplentes, cumprimento o Deputado Ariosto Holanda, a quem agradeço por ser o grande idealizador e promotor deste evento. Sem a sua iniciativa, não teríamos um evento com tamanha qualidade no dia de hoje.

Sobretudo neste mês de agosto, estamos com uma pauta extremamente positiva nessa área: hoje está sendo promovido este seminário; amanhã haverá o Seminário *Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes*, promovido e gerenciado pelo Deputado Newton Lima, como já lembrou o Deputado Inocêncio Oliveira; e, ainda no final deste mês, haverá 2 dias de seminário, nos quais vamos discutir o papel da Câmara dos Deputados nos projetos legislativos que aqui tramitam, a fim de que possamos construir uma agenda para esta legislatura e priorizar os projetos que identifiquemos positivos, dando-lhes o máximo de celeridade.

Como todos nós sabemos, neste momento, o País começa a dar sinais claros de que compreende o que significa a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica na consolidação deste novo Brasil, no crescimento de um PIB que está absolutamente vinculado a essa questão. Por isso, queremos pautar este novo momento de discussão.

Temos dito que todos veem, com absoluta clareza, o entusiasmo com que o Ministro Aloizio Mercadante assume a sua Pasta. Eu tenho a mesma percepção e disse isso a S.Exa, talvez por ser um economista à frente dessa Pasta. A minha formação é de advogado e estou na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, o que demonstra como esse tema fascina e apaixona rapidamente todos nós.

Temos consciência de este é um momento novo. Temos reiteradamente dito ao Ministro que cada vez fica mais claro que, na ciência, na tecnologia, na pesquisa, no desenvolvimento, na inovação tecnológica, não há espaço para disputas político-partidárias. Precisamos, sim, de um grande pacto federativo, um grande



pacto de todos os que fazem a sociedade brasileira, na consciência de que essa é uma grande oportunidade de consolidarmos este novo Brasil através de um entendimento comum: o de prover a esses jovens brasileiros, a essas crianças que chegam para o futuro Brasil, uma formação de qualidade.

O Deputado Ariosto Holanda, com muito entusiasmo, nos oferece o Centro Vocacional Tecnológico – CVT, que está instalado na entrada da Câmara dos Deputados e nos faz pensar em vê-lo replicado no Brasil inteiro, pois significa estimular muitos jovens.

Algumas semanas atrás, recebemos, na Comissão de Ciência e Tecnologia, jovens brasileiros das mais diversas regiões, de modo especial da minha região do Estado de Pernambuco, que foram selecionados para projetos de disputa internacional da Microsoft, tendo sido premiados em primeiro e segundo lugar nesse campeonato. Nós temos assistido a isso nas mais diversas áreas, de forma reiterada. Hoje, inclusive, o Ministro recebe esses jovens em audiência, como homenagem a seu desempenho.

É para este Brasil que nós estamos aqui juntos. Devemos colocar de lado qualquer tipo de disputa, para construirmos este Brasil que precisa da inovação, da ciência e da tecnologia, do apoio de todos e de uma grande unidade.

Quero desejar boa sorte e cumprimentar todos pela participação, de modo especial, esse nosso grande mentor, o Deputado Ariosto Holanda, que orgulha todos nós que fazemos parte da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Casa.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Senhoras e senhores, ouviremos ainda o Exmo. Sr. Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão do Plano Nacional de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira) - Quero agradecer a todos a presença, sobretudo ao Ministro da Ciência e Tecnologia, ex-Senador Aloizio Mercadante. Desejo que este seminário possa trazer os frutos almejados e convido todos a visitarem o CVT, idealizado pelo nosso querido colega Ariosto Holanda.

Que Deus nos ajude. Está encerrada a primeira fase.



O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Não, o Deputado Gastão Vieira usará da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Desculpe. *(Risos.)*

Eu peço desculpas e passo a palavra ao ilustre Deputado Gastão Vieira, nosso Presidente do Conselho Nacional de Educação.

O SR. DEPUTADO GASTÃO VIEIRA - Sr. Presidente, essa coisa de ser nordestino, baixinho. O microfone é alto e, depois do Mercadante, a coisa... É uma brincadeira.

Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar as autoridades presentes através do nosso querido Deputado Inocêncio Oliveira, que preside o Conselho de Altos Estudos; quero cumprimentar o Ministro Aloizio Mercadante; quero cumprimentar o Sr. Alexandre Navarro, com quem tive a oportunidade de trocar algumas ideias na Mesa e que vou procurar posteriormente; quero cumprimentar o Prof. Cláudio; e quero cumprimentar, de uma forma muito efusiva, muito carinhosa, muito invejosa, o Deputado Ariosto Holanda, pela sua determinação, por ser um homem que acredita naquilo que faz, que não desiste, que persiste.

Eu encontrei o Deputado Ariosto Holanda nesta Casa, quando vim para o meu primeiro mandato, ali por volta de 1995. Ao ir para a Comissão de Ciência e Tecnologia, onde fui o seu 1º Vice-Presidente, ali me decepcionei, porque se cuidava muito mais de rádio e de radiodifusão do que de ciência, tecnologia, bolsas, desenvolvimento científico e tecnológico.

Foi com Ariosto que eu também aprendi a ser persistente e a lutar, aqui na Câmara dos Deputados, por aquilo que eu achava que poderia contribuir com meu País e com meu Estado.

Depois saímos e fomos ser Secretários — eu de Educação, ele de Ciência e Tecnologia —, mas nos reencontramos sempre quando a questão é um desafio. Hoje nós temos um desafio enorme nesta Casa: o Plano Nacional de Educação, como muito bem disse o Deputado Aloizio Mercadante, é o maior desafio deste País. Nós não estamos fazendo um PNE para consolidar uma situação confortável; pelo contrário, nós estamos criando mecanismos que possibilitem a este País dar um salto na qualidade da educação.



Ninguém pense que eu estou aqui a dizer que o País não tem uma boa educação, não tem boas escolas. Tem. O Brasil sabe fazer uma boa escola, mas o Brasil ainda não conseguiu fazer um conjunto de boas escolas que reflitam uma melhoria significativa na qualidade da nossa educação.

O Ministro apresentou alguns indicadores. Estamos longe de uns, perto de outros. Há uma esperança, ainda temos muita esperança nos indicadores de qualidade. Mas eles são mais cruéis porque colocam o Brasil, no Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, no antepenúltimo lugar em termos de alunos submetidos a teste de compreensão de leitura e de escrita.

Ali na Comissão — onde o Deputado Ariosto é um membro ilustre, assim como os Deputados Newton Lima e Izalci, para citar os três membros da Comissão que estavam aqui presentes —, nós temos um entendimento que nos anima: nós temos a chance, enquanto Parlamentares, de construirmos, independentemente de como ele chegou a esta Casa, o melhor plano nacional de educação que este País pode ter. Esse privilégio é exclusivamente nosso; depois de 2 anos de discussão com a sociedade civil, compete aos Parlamentares, dentro do plano, construir esse caminho que vai fazer o País efetivamente se desenvolver, com uma educação de qualidade.

O Ariosto pensou, pensou e foi lá buscar a extensão tecnológica, para colocá-la dentro do plano como uma de suas prioridades maiores. E conseguiu, não é, Ariosto? Este seminário de hoje, com a presença do Ministro, é uma demonstração de que não apenas eu, mas muitos que aqui estão, a totalidade do Governo, o nosso Presidente Inocêncio, todos compreendem a sua luta e, o mais importante, que é uma luta que traz resultados.

Entre alguns dos exemplos que V.Exa. levou para o Ceará, quando Secretário, já se podem colher resultados. A grande prova está aqui, na entrada do Anexo II, onde há uma exposição do que se faz, do que é possível fazer e do que é possível ser copiado.

Aliás, Presidente Inocêncio, como membro da Mesa, lembro que há vários jovens aqui que entregam papel, que fazem esse serviço de gabinete em gabinete. Na verdade, eles ficam felizes com o salário e a segurança que têm numa empresa terceirizada, mas organize uma visita desses jovens ao nosso CVT, Presidente



Inocência, para eles verem que, junto com o dia a dia, existe um futuro possível de ser alcançado. Portanto, uma visita desses jovens ao centro que nós instalamos é de fundamental importância, eu creio, para lhes despertar esse sentimento.

Eu sou político. O seminário, os seus objetivos e suas consequências já foram muito bem colocados tanto pelo Inocência quanto pelo Bruno e o próprio Ariosto. Eu quero apenas fazer uma referência: numa agenda muitas vezes tão negativa, Deputado Ariosto, é possível que muitas pessoas compreendam que há uma agenda positiva nesta Casa, construída ao longo do tempo e que muitas vezes passa despercebida pela opinião pública.

Nós fizemos aqui, há 6 anos — V.Exa. participou —, um seminário internacional para respondermos, Ministro Mercadante, a uma coisa muito simples: o que os países que estão tendo sucesso com a educação andam fazendo que o Brasil deveria conhecer e tentar reproduzir dentro das suas circunstâncias? Vieram pessoas da Coreia, da Irlanda, de várias partes do mundo e, durante um dia inteiro, nós Parlamentares e os nossos convidados pudemos ouvir aquilo que estava dando certo naqueles países e os caminhos que eles traçaram para alcançar seus objetivos. Muitas lições nós aprendemos naquele seminário.

Portanto, esta Casa acumula um acervo de informações sobre educação, sobre ciência, sobre tecnologia, sobre inovação, que muitas vezes passa despercebido.

Na verdade, esta Casa tem muito a oferecer à sociedade brasileira e ao próprio Governo em termos de conhecimento. No Conselho de Altos Estudos, Deputado Inocência, se aquelas conclusões sobre o biodiesel, tivessem sido lidas, distribuídas e tentadas, quem sabe não teríamos dado um passo muito mais significativo nessa questão?

Portanto, é com muito prazer que aqui estou. Digo ao senhor, Ministro Mercadante, que sou funcionário de carreira do CNPq — não me aposentei, estou jovem ainda e não preciso me aposentar. Muitas das coisas que estamos discutindo hoje discutíamos há 30 anos, no início da década de 70 — novos materiais, biotecnologia, os institutos e seu papel, a relação empresa e desenvolvimento científico. Tudo discutíamos, mas hoje nós chegamos aqui e discutimos de novo.



Penso eu, e assumo a inteira responsabilidade pelo que estou dizendo: precisamos ter a humildade de reconhecer que ou trabalhamos em conjunto e deixamos de lado alguns preconceitos, ou não faremos este País avançar na área de inovação científica e tecnológica.

O antecessor de V.Exa., Prof. Sérgio Resende, saiu e, dentro um programa do CNPq, ali no início da década de 80 — o Presidente do CNPq na época era Maurício Matos Peixoto, um grande matemático, que foi colocado lá pelo Ministro Mário Henrique Simonsen —, criou a figura do cientista animador. Ele dizia que nós precisamos colocar nos locais, nos Estados, nas universidades em que a ciência ainda não é vista da forma como deve ser vista, na sua internacionalidade etc., um pesquisador de ponta, que anime os outros a compreenderem esse caminho. Para Pernambuco levamos Sérgio Resende, para o Maranhão levamos Warwick Kerr, e levamos vários, para vários lugares. As sementes plantadas estão todas hoje produzindo os frutos necessários. Esse é um ponto.

O segundo ponto: nós não precisamos ter medo de nos internacionalizar. Eu vi ali no *ranking* de V.Exa. que o menor quantitativo é de pesquisador estrangeiro no Brasil. Nós precisamos trazer mais gente do exterior para, junto com eles, construirmos aquilo que há de moderno na ciência. Nós não precisamos ter preconceito. Eu acho que esse preconceito atrapalha muito o Brasil. Temos ótimos cursos de doutorado? Temos, mas temos sempre o que aprender fora do Brasil, com o pesquisador estrangeiro, com o pesquisador que está mais atualizado, até pelas circunstâncias da colocação da universidade dele perante o mundo científico.

Eu estava dizendo — já estou encerrando — que fui visitar uma filha minha, que está nos Estados Unidos, estudando, e eu vi aquele ambiente científico, a biblioteca funcionando 24 horas, os alunos com iPad na mão, todos, porque a universidade fornece; todo aquele ambiente, aquilo é insubstituível na produção científica. É preciso que não se tenha a certeza de que, por melhor que seja a nossa pós-graduação — e ela é, eu sou testemunha disso —, nós podemos dispensar essa convivência internacional, que fez bem para todos os países. A França está abrindo hoje... A China está abrindo hoje universidade tecnológica com a França, duplo diploma, troca de estudantes, troca de professores, e estamos falando de um país comunista!



Portanto, Sr. Ministro, é uma honra tê-lo aqui. É uma honra que V.Exa., como ex-Parlamentar, saiba compreender isso, e faça, com a sua presença, uma demonstração de que essas iniciativas são importantes, são bem-vindas.

É uma honra, Deputado Ariosto Holanda, ver que V.Exa. nunca desiste. E tenha certeza de que, no final do plano, nós vamos elaborar uma legislação específica para cuidar de alguns pontos do desenvolvimento científico e da inovação que ainda estão obscuros na legislação brasileira, como essa questão do INPI, essa questão de a EMBRAPA não poder registrar as suas inovações etc., por ser uma empresa pública. Para essas pequenas questões, nós vamos resolver para oferecer ao País uma legislação mais moderna.

No mais, bem-vindos, todos, é um prazer enorme tê-los aqui, e para o Plano Nacional de Educação será um prazer muito grande receber sugestões, para que o País possa efetivamente encontrar o seu caminho.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA - Agradeço também a presença ao Deputado Carlinhos Almeida, ao Deputado Lelo Coimbra, ao Deputado Pastor Eurico, ao Deputado Vicente Arruda e ao Deputado Chico Lopes, e dou por encerrada esta primeira fase deste seminário.

Vai ter continuidade o seminário aqui.

O SR. APRESENTADOR (Paulo Sérgio) - Convidamos todos os presentes a conhecerem a exposição do Centro Vocacional Tecnológico: A Extensão do Saber a Serviço da População, na entrada do Anexo II.

Dentro de poucos instantes, terá início o primeiro painel deste seminário, intitulado Assistência Tecnológica a Micro e Pequena Empresa, que será coordenado pelo Sr. Deputado Júlio Campos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Senhoras e senhores, na qualidade de moderador deste painel, ao iniciarmos os trabalhos do primeiro painel, Assistência Tecnológica a Micro e Pequena Empresa, neste nosso Seminário de Extensão Tecnológica do Brasil, convido para comporem esta Mesa: o Sr. Marco Antonio de Oliveira, Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil; o Sr. Emir José Suaiden, Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia; o Sr. Glauco Arbix,



Presidente da Financiadora e Estudos e Projetos — FINEP; o Sr. Roberto Simões, Presidente do Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o nosso querido SEBRAE; e o Sr. Sérgio Luiz Souza Motta, gerente de serviços tecnológicos do SENAI. *(Pausa.)* Bem vindos.

Presto os seguintes esclarecimentos: cada palestrante terá até 15 minutos para a apresentação; estão reservados ao final do painel 30 minutos para debates; as perguntas deverão ser dirigidas por escrito à Mesa Diretora. O formulário que compõe o material é entregue na entrada. Ao chegarem a este seminário os senhores receberam uma pasta contendo papel para esse tipo de informação. E todas as apresentações serão disponibilizadas para consulta na página da Comissão de Ciência e Tecnologia e na do Conselho de Altos Estudos na Internet.

Passamos à exposição. Dando início aos trabalhos desta Mesa, passo a palavra ao Ilmo. Sr. Marco Antonio de Oliveira. Para a sua exposição, S.Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Bom dia a todos. Eu queria, na figura do Deputado Júlio Campos, saudar rapidamente os membros desta Mesa e as demais autoridades aqui presentes. Saúdo também o Deputado Ariosto Holanda, que não apenas tomou a iniciativa da realização deste evento, mas tem sido um parceiro de primeira hora do Ministério da Ciência e Tecnologia, especialmente da SECIS.

Dado o pouco tempo que eu tenho, eu vou concentrar a minha fala nas informações relativas ao projeto, ao novo projeto de implantação e modernização dos Centros Vocacionais Tecnológicos, a respeito dos quais o Ministro fez algumas breves observações na sua fala inicial. Por favor, a primeira lâmina.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu queria, antes de entrar no conteúdo propriamente dito, dizer que essa proposta, essa nova proposta de implantação e modernização dos CVTs vem sendo construída em estreito diálogo com vários atores sociais. Nós, quando assumimos a Secretaria, tivemos o cuidado de procurar vários coordenadores de CVT, realizamos uma oficina de trabalho, ouvimos a opinião desses coordenadores, apresentamos as nossas ideias e depois disso formulamos uma breve proposta.



Essa proposta foi discutida com o Comitê Executivo do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Informação — CONSECTI, com o Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa — CONFAP, e posteriormente eu tive oportunidade de me reunir com o pleno do Conselho Nacional de Institutos Federais — CONIF, em Salvador, onde também pudemos apresentar a proposta e ouvir as críticas e sugestões dos membros. Na sequência, reunimo-nos também com o pleno do CONSECTI, em Belo Horizonte, e lá também apresentamos a mesma proposta, já com as observações e críticas dos membros do CONIF.

Ao longo desta última semana, tivemos a oportunidade de nos reunir com os representantes de 18 Secretarias de Ciência e Tecnologia para o aprimoramento, para o aperfeiçoamento dessa proposta. A ideia é de que também nesse caso nós colhamos as sugestões. E vamos consolidar essas sugestões, de forma a termos um documento de referência para implantação e modernização de CVTs que reflita, mais do que o interesse, mais do que as orientações do Ministério da Ciência e Tecnologia, as opiniões dos principais atores envolvidos e interessados na implantação desses centros.

O projeto básico que tem sido submetido a esse crivo prevê, em primeiro lugar, a parceira prioritária com entes públicos federais, estaduais e municipais; ou seja, a ideia é de que Secretarias de Governo, especialmente Secretarias de Ciência e Tecnologia, e outros órgãos de Governo possam propor a criação de Centros Vocacionais Tecnológicos, ou, ainda, de que os institutos federais, as escolas públicas técnicas, federais ou estaduais, as universidades públicas, estaduais e federais, também possam fazê-lo. A ideia, como mencionou o Ministro aqui, é de privilegiar a relação com os entes públicos e com os institutos de ensino e pesquisa que integram a rede pública de ensino no Brasil, no âmbito federal e no estadual.

O foco da atividade dos CVTs deverá ser a extensão tecnológica, a inclusão digital, a educação profissional de base tecnológica e o apoio aos arranjos produtivos locais. Nós temos hoje uma profusão de iniciativas, muitas delas bem sucedidas, outras que merecem aperfeiçoamento, e o que nós podemos dizer é o seguinte: a nossa preocupação é justamente fazer dos CVTs um espaço privilegiado para a prática da extensão tecnológica, dentro daquele espírito tão bem mencionado e ilustrado aqui pelo Deputado Ariosto.



Em terceiro lugar, a ideia é de que nós definamos o tipo de CVT por porte de Município e considerando a vocação econômica local. Há exemplos de CVTs que foram criados em determinadas localidades cujo porte não condiz com a realidade local, ou cuja atividade proposta muitas vezes não tem aderência à vocação econômica local, o que compromete na origem a implementação do projeto. Então, nós queremos ter um desenho claro nesse sentido.

E, por fim, a ideia é de que o projeto técnico-pedagógico dos CVTs fique a cargo dos institutos federais de educação superior, de escolas técnicas, como eu mencionei, de universidades públicas e excepcionalmente do Sistema S, das instituições vinculadas ao Sistema S, e de organizações sociais vinculadas a Governos estaduais e municipais. Nesse caso, nós pensamos justamente naqueles parceiros que, mesmo sendo entes privados, cumprem função pública e em virtude disso merecem também fazer parte desse desenho. Mais ainda, são parceiros que vêm participando da construção dos CVTs, como é o caso do próprio CENTEC, cujo exemplo está exposto aqui, naquele *stand* lá fora, exemplo de participação dos CVTs. Nós, portanto, temos de prever um desenho que leve em conta essas experiências bem sucedidas.

O Ministro mencionou aqui essa lâmina, que mostra os quatro tipos de CVTs. A ideia básica é de que todos eles tenham um laboratório ou oficina vocacional, definido de acordo com o perfil e a vocação econômica do Município, uma área de estudos, uma parte administrativa e uma sala de videoconferência, que vai ser utilizada para o ensino à distância, em parceria com o MEC. O tipo 2 tem o acréscimo de um laboratório de informática. O tipo 3 tem, além do laboratório de informática, um auditório e uma sala multiuso, ou seja, um espaço maior, além de um laboratório de ciências. A ideia que nós tivemos aqui foi a de tentar construir um padrão tomando como exemplo aquelas experiências que já estão em curso. Então, essa tipologia não foi criada, não foi inventada do nada; ela já considera a experiência que vem sendo implementada no curso dos últimos anos. E, por fim, temos as unidades móveis, para regiões de baixa densidade populacional. O exemplo aqui são os barcos móveis do Sistema S. O SENAI tem uma experiência bem sucedida na Amazônia. E o MEC está criando as unidades móveis do sistema



e-TEC, cujo padrão tecnológico servirá de base também para as nossas unidades móveis.

A ideia é de que esses tipos correspondam mais ou menos ao porte do Município: o tipo 1, até 20 mil habitantes; o tipo 2, de 20 mil a 50 mil; o tipo 3, mais de 50 mil; e o tipo 4, Municípios com menos de 10 mil habitantes. Trata-se de uma tipologia que poderá ser modulada. Nós podemos discutir a eventualidade de criar um CVT de maior porte numa região menos densa populacionalmente, desde que esse equipamento se justifique, em função da demanda local, em função da vocação econômica local.

A ideia é de que nós façamos a execução por meio de convênio, ou termo de parceria, ou termo de cooperação, a depender de quem for o conveniente, e mobilizemos recursos próprios e recursos provenientes de emenda parlamentar. O melhor não é a utilização de emenda parlamentar, nós sabemos, como disse o Ministro, mas nós não dispomos hoje de grande volume de recursos próprios. Portanto, o que nós temos previsto é o seguinte: concentrar os recursos próprios da SECIS na concessão de bolsas de extensão tecnológica para as equipes de professores e monitores e utilizar os recursos de emendas parlamentares para ampliação e modernização de CVTs, instalações e equipamentos. Os proponentes farão a contrapartida de custeio no que concerne a manutenção, vigilância, asseio, conservação, enfim, aos aspectos básicos de custeio.

Tanto no caso de convênios por iniciativa de órgãos de governo quanto no caso de projetos de iniciativa de entidades educacionais, os institutos federais, as escolas técnicas serão responsáveis pelo projeto pedagógico. Ou seja, se uma Secretaria deixa de criar o CVT, ela terá necessariamente de ter como interveniente uma instituição de ensino e pesquisa que responda pelo projeto técnico-pedagógico.

Os recursos serão destinados basicamente a estas finalidades: construção; reforma; aquisição de equipamentos e laboratórios; promoção de oportunidades de inclusão produtiva e social; apoio ao empreendedorismo individual; apoio tecnológico à pequena e à microempresa; formação de base tecnológica; e difusão e popularização do conhecimento científico.



No que concerne à utilização dos recursos, estão previstos itens relativos tanto a custeio quanto a capital. Eu acho que não vale a pena aqui nos determos nesses aspectos.

E o que nós pretendemos fazer? Atualmente nós praticamente fazemos os CVTs por iniciativa parlamentar. Nós queremos manter essas iniciativas parlamentares, mas queremos ordenar esse processo com um documento de referência, que vai organizar uma chamada pública e dar um caráter mais republicano ao processo de escolha dos convênios, ou dos projetos que serão celebrados sob a forma de convênio, ou termo de parceria, ou termo de descentralização. A ideia é de que tenhamos uma fase de habilitação para envio da proposta, exame do documento de referência, seleção, uma etapa eliminatória e divulgação dos resultados de forma pública pelo SICONV. Esse processo de seleção vai obedecer a critérios objetivos de classificação, segundo os seguintes princípios: qualificação e capacidade técnica dos executores; análise de necessidade, viabilidade técnica e sustentabilidade; adequação entre custos, cronogramas e resultados; e enquadramento quanto aos objetivos da ação. E, caso haja empate, nós estabelecemos critérios de desempate também, critérios objetivos que nos permitam selecionar projetos e manter projetos em carteira.

Atualmente, o que é que nós temos? Muitas vezes os recursos esgotam-se. O proponente apresenta o projeto no SICONV e ele fica lá, sem uma resposta do Poder Executivo. A ideia agora é de que nós acolhamos todas as propostas, façamos um processo prévio de habilitação, selecionemos aquelas que merecem apoio, destinemos os recursos possíveis para apoio, e aqueles que restarem selecionados e para os quais não nós tivermos recursos naquele momento ficarão em carteira e serão atendidos na primeira hora em que o recurso estiver disponível. Então, com isso nós ordenaríamos o processo de seleção de propostas, o que daria, insisto, um caráter mais republicano a esse processo.

Essa é a sistemática que nós estamos prevendo. Quer dizer, essa sistemática vai estar, creio, já a partir de setembro à disposição dos senhores, para a apresentação de propostas com vistas a 2012. Nós vamos divulgá-la no SICONV, no portal do Ministério da Ciência e Tecnologia, de tal maneira que todos aqueles interessados na implantação de CVTS tenham conhecimento da proposta.



E, paralelamente a isso, nós também desenvolvemos uma metodologia que consiste num indicador para a expansão da rede de CVTs. Ela é um mapa dos Municípios que, em tese, poderiam receber CVTs. Nós identificamos cerca de 980 Municípios que mereceriam esse tipo de equipamento, considerando aquele desenho que o Deputado Ariosto mencionou aqui, ou seja, localidades em que nós temos institutos federais, escolas técnicas ou universidades públicas. Esse estudo foi feito considerando o IDH médio do Município e do Estado, o menor IDH médio, a vocação econômica local, a partir da identificação dos arranjos produtivos locais, a distribuição das instituições públicas de ensino e o tamanho, o porte populacional do Município.

Só para citar um exemplo, no Estado do Paraná, nós vemos aí no mapa região por região. Não vai dar para os senhores verem essa lâmina à distância, mas aqui nós temos, no Estado do Paraná: o número — certo? — de CVTs que poderiam ser criados, ou melhor, o tipo de CVT, de porte 1, 2 e 3; se existe ou não instituto federal tecnológico, escola técnica na localidade; o Município, o tamanho do Município, o IDH médio e o tipo de vocação econômica da localidade. Esse mapa não está ainda completo. A ideia é de que para cada Município desses nós identifiquemos a vocação econômica, de tal maneira que o Secretário de Estado, o Secretário Municipal, o instituto federal, a escola pública que queira propor a criação do CVT possa valer-se dessa informação estratégica no desenho da sua proposta, e nós vamos privilegiar projetos que estejam orientados para atender a essas localidades.

Então, basicamente, são essas as informações eu que teria a passar, em relação aos CVTs. A ideia nossa, como eu disse, não é de simplesmente definir um novo documento de referência, mas de pactuar com os principais atores, de Governos estaduais e municipais a instituições de ensino de pesquisa pública, no âmbito federal e no estadual, as novas regras para criação e implantação de CVTs, de tal forma que nós consigamos estruturar uma rede de gestão compartilhada, que essa rede consiga resolver o problema do custeio da sustentação de longo prazo, que os recursos provenientes de emendas tenham destinação segura e possibilitem projetos de qualidade, e que sobretudo a atividade de extensão tecnológica possa



ser devidamente encaminhada, por meio do suporte técnico-pedagógico das instituições de ensino e pesquisa.

Finalmente, eu queria mencionar que na semana passada eu estive com o Secretário-Executivo do MEC, Henrique Paim, e com o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, ocasião em que nós conversamos sobre a parceria entre o MCT e o MEC para levar à frente essa proposta. Já havia uma disposição política do MEC nesse sentido, e agora nós vamos concretizar essa parceria. O MEC vai aportar recursos, como mencionou o Ministro, sobretudo para as entidades que integrarem a rede pública federal ou estadual de ensino para a criação de CVTs, com o objetivo de resolver problemas de custeio, e para resolver também problemas relativos às equipes de professores e monitores. Trata-se ainda de um trabalho a ser detalhado, mas creio que essa informação é importante.

Nós queremos, mais do que simplesmente contar com o apoio e de recursos do MEC, construir uma parceria também no que diz respeito aos conteúdos e às atividades de extensão. O MEC vai utilizar a estrutura dos CVTs para fazer ensino a distância, e as atividades dos CVTs estarão em linha com as atividades do e-TEC e do PRONATEC.

Eu agradeço a oportunidade, e creio que este evento é para nós de fundamental importância, não apenas para elucidar a proposta que nós estamos apresentando aqui, mas para ouvir as críticas, ouvir sugestões e aperfeiçoar essa proposta, de tal maneira que ao implementá-la todos se reconheçam nela e nós consigamos dar um passo decisivo, no sentido da consolidação dos Centros Vocacionais Tecnológicos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Obrigado ao Sr. Marco Antonio Oliveira pelas considerações sobre o tema.

E para cumprir o horário, como foi bem cumprido nessa primeira palestra, passo a palavra ao Sr. Emir José Suaiden, para a sua apresentação.

O SR. EMIR JOSÉ SUAI DEN - Ilustres componentes da Mesa, minhas senhoras, meus senhores, eu vou falar da competência do IBICT no desenvolvimento de recursos em infraestrutura de informação.

(Segue-se exibição de imagens.)



Basicamente, hoje, o que cabe ao IBICT seria um trabalho para implementar uma sociedade da informação. Calcula-se que hoje, de toda a população brasileira, somente 25% podem participar ativamente dos requisitos de uma sociedade da informação, e entre os requisitos estão essa questão da inclusão digital para a inclusão social e um sistema de ensino cada vez melhor.

Nossa vocação é: coletar, organizar, armazenar e disseminar a informação científica e tecnológica; o estudo de ferramentas e recursos de tecnologia da informação; a adaptação de ferramentas de tecnologia da informação e transferência para a comunidade; a criação de metodologias para organização da informação na *web*; o apoio informacional à comunidade científica e tecnológica; a divulgação científica para toda a sociedade.

Recentemente foi publicado um *ranking* na *web* das 12 mil instituições científicas mais importantes do mundo; a que mais cresce, no *ranking* da *web*, é o IBICT, por causa da nossa biblioteca digital de teses e dissertações, a que o Ministro aqui se referiu. Para os senhores terem uma ideia, só as teses da UNICAMP que estão na nossa biblioteca digital recebem mais de 2.300.000 acessos por ano. Então, um pouco da nossa vocação é essa transferência de tecnologias, criar bibliotecas digitais, bibliotecas híbridas, revistas científicas eletrônicas.

Para compor tudo isso, nós temos um programa de pós-graduação em Ciência da Informação no Rio de Janeiro. Foi um dos primeiros no Brasil. É um modelo para a América Latina. Recebemos diversos pesquisadores estrangeiros, e no ano de 2009 criamos o primeiro curso de pós-doutorado em Ciência da Informação.

Historicamente, o IBICT pouco atuava nesse contexto da informação tecnológica. Sua experiência era mais focada em informação científica. Alinhado às políticas públicas de desenvolvimento tecnológico, o IBICT aproxima-se definitivamente dos setores industrial e empresarial ao criar serviços de informação dedicados ao setor produtivo. Primeiras experiências, no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico: gestão da rede de núcleos da informação tecnológica e criação dos Sistemas de Informação em Tecnologia Industrial Básica — SISTIB; promoveu a integração de vários atores do setor tecnológico; promoveu o compartilhamento do conhecimento gerado em



universidades e institutos de pesquisa. Esse conhecimento vem sendo aplicado na geração de soluções voltadas ao bem-estar social e na melhora da competitividade da indústria brasileira.

No SISTIB, a avaliação do ciclo de vida é um trabalho recente. Nós não tínhamos sequer metodologia sobre avaliação de ciclo de vida. Em breve será exigido um selo verde para as exportações dos produtos brasileiros. Basicamente, essa avaliação consiste em quê? Quando nós produzimos um copo e ele se rompe, o que é que ocorre com o meio ambiente, em termos de energia, de água e de desgaste? Quando esse copo se rompe, o que acontece com o meio ambiente? Então, nós estamos com parceria muito forte com a USP, com a TECPAR e com a Universidade de São Paulo, e criamos uma metodologia, uma ontologia nova para dar suporte a esse trabalho, o Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas, que é um serviço em que nós atuamos, mais ligado à pequena e à média empresa brasileira.

Aqui temos um retrato, uma ilustração da assistência tecnológica às pequenas e microempresas brasileiras. Para esse desenvolvimento, o Ministério da Ciência e Tecnológica detectou as seguintes carências: acesso amplo e livre à informação tecnológica; desenvolvimento de cultura nacional de uso da informação como fator importante na produção; recursos tecnológicos para melhora da competitividade e aumento da eficiência econômica; integração dos serviços de informação tecnológica existentes no País; e disseminação nacional das soluções tecnológicas locais.

Em 2008 o IBICT reuniu instituições brasileiras prestadoras de serviço de informação tecnológica para compor uma rede voltada às pequenas e microempresas e empreendedores, e concebeu um serviço brasileiro que pudesse responder à demanda dos pequenos e médios empresários por informação de fácil acesso que contribuísse para a melhora dos seus produtos ou processos, por meio da articulação das competências instaladas no País. As premissas são as seguintes: integração de ações governamentais com o setor privado e a comunidade científica e tecnológica; interação entre as instituições provedoras da informação tecnológica; levar o conhecimento gerado nas instituições de pesquisas ao empreendedor e microempresário; proporcionar acesso livre à informação tecnológica.



Aqui vemos as responsabilidades do IBICT nesse processo: criar uma rede de instituições parceiras no projeto; liderar o processo de geração de metodologias para o atendimento ao microempresário em todo o País; criar um padrão de respostas técnicas; desenvolver ferramentas para acesso e disponibilização das informações; modelar e construir as bases de dados; capacitar pessoal para a operação da rede de instituições.

Aqui vemos como se compõe a rede dos Sistemas Brasileiros de Respostas Técnicas. Nós temos, em primeiro lugar, o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico, do nosso querido amigo Bermúdez, que faz um trabalho excelente; o CENTEC; o SENAI; a TECPAR, do Paraná; a UNESP; o SEBRAE. Quer dizer, o IBICT não reúne conhecimentos isoladamente para promover esse trabalho; só realmente uma rede de composição é que pode alcançar esse fim, não é?

Quanto ao foco de atuação, nós atuamos nas questões de pouca complexidade, nas questões de média complexidade, e nas questões complexas muitas vezes nós temos de chamar consultores, às vezes consultores internacionais. Esse serviço é todo disponibilizado na *web*. Por exemplo, um padeiro está interessado em produzir um pão mais crocante; ele entra na rede, e em poucas horas... se a resposta já estiver cadastrada, ele recebe em alguns minutos; se não estiver cadastrada, vai para um dos parceiros, que responde diretamente. Houve até um depoimento do SEBRAE de que com esse tipo de trabalho diminuiu muito a mortalidade das pequenas e médias empresas. Quer dizer, o que falta é informação tecnológica. Há uma demanda de 49 mil pedidos; 18 mil respostas técnicas por mês; há mais de 87.500 usuários cadastrados; o acesso é de 23.500 demandas mensalmente.

Lá na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, o dono de um pequeno bar estava sendo consumido pelos concorrentes. Ele entrou no *site* do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas, e a pergunta era: como ele poderia produzir um sorvete sem açúcar? Recebeu a resposta. Agora, ele entrou com outra pergunta: como ele poderia proporcionar aos clientes um sanduíche sem usar a maionese? Ele, de acordo com os dados, está crescendo muito, enfrentando muito bem os concorrentes. Faltava-lhe esse tipo de informação.



Aqui vemos a dimensão social do serviço, na inclusão de empreendedores no mercado formal, na geração de emprego e renda, na melhora da competitividade e da sustentabilidade, na redução de mortalidade de empresas, na geração de novas oportunidades de negócio. Houve já diversas dissertações sobre esse trabalho social do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas, como uma dissertação de mestrado, de 2008, de Hélia, que aqui está presente, outra dissertação em 2005. Aqui os senhores podem ver como a questão do SBRT aumentou a produção científica. Esses são artigos que estão sendo veiculados em diversas revistas científicas brasileiras, diversas no exterior, sobre como, com esse padrão, o pequeno e o microempresário, tendo livre acesso à informação, podem inovar nos seus produtos e serviços.

E agora nós descobrimos que para dar toda essa assistência ao pequeno e ao microempresário não vale só o conhecimento que o Brasil detém. Então, nós estamos entrando num programa de parceria com a própria Comunidade Europeia. É esse processo de inserção do Brasil na Enterprise Europe Network, rede de serviços para ajudar pequenas e médias empresas a inovar e competir melhor em âmbito internacional. Atualmente estamos estruturando um consórcio integrado por no mínimo três instituições atuantes em comércio internacional, transferência de tecnologia e pesquisa e desenvolvimento — P&D, elaborando um projeto para ser encaminhado para a diretoria de empresas da Comissão Europeia.

A rede é composta de 580 pontos de contato em 49 países, e oferece os seguintes serviços: informação e aconselhamento; acesso simplificado à informação sobre regulamentações relativas ao comércio internacional; ajuda na internacionalização dos negócios; facilitação na procura de contatos comerciais nos 49 países integrantes da rede, com o que o pequeno e médio empresário pode deixar o seu comércio local e participar do comércio global; apoio à inovação e parcerias tecnológicas; ajuda às pequenas e médias empresas no acesso a programas de apoio a inovação e parcerias estratégicas; incentivo à cooperação; difusão de oportunidades de negócio; e ajuda no encontro de potenciais parceiros comerciais.

Essa fusão entre o local e o globalizado é que está dando um novo sentido de crescimento e de aporte para a inovação. Então, o IBICT, que tem uma vocação



muito grande para a questão da inclusão digital na inclusão social, está dando prioridade a isso, porque trabalhar com os pequenos e médios empresários é a maior oportunidade de gerar crescimento e principalmente emprego e renda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Obrigado ao Sr. Emir José Suaiden pela sua contribuição a este debate.

Agora, prosseguindo, vamos conceder a palavra ao Sr. Glauco Arbix para a sua exposição. O senhor tem 15 minutos.

O SR. GLAUCO ARBIX - Bom dia a todas e a todos. É um prazer estar aqui. Gostaria de agradecer ao Deputado Júlio Campos. Queria agradecer também o convite ao Deputado Ariosto Holanda e a todos os colegas da Mesa.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Eu queria, antes de iniciar a apresentação, apenas reafirmar para os senhores o seguinte: a FINEP é uma instituição que financia tecnologia, financia processos de desenvolvimento científico e tecnológico há 44 anos, e ela deu um salto, nos últimos anos, na sua capacidade de investimento. Em 2003 a FINEP investiu, desembolsou R\$ 300 milhões, e atingiu cerca de 60 empresas. Quando eu falo em R\$ 300 milhões, isso abrange universidades e institutos de pesquisa, cerca de 60 empresas. Em 2010 a FINEP desembolsou R\$ 4 bilhões e atingiu 2 mil empresas; dessas, 97% são pequenas e microempresas. É uma realidade de que nós nem sempre nos lembramos, mas ela tem uma atuação extremamente forte no País, em todo o território nacional.

O Ministro apresentou para os senhores aqui a nossa preocupação em melhorar esses processos e ampliar a atuação da FINEP, em especial no que se refere a pequenas e microempresas. É um dos pontos extremamente importantes, que abre uma avenida para nós, de novos desenvolvimentos, de novos horizontes para todo o País, diz respeito a tudo que se refere à construção de uma economia verde, uma economia de baixo carbono.

Nós algumas vezes temos uma ideia equivocada e achamos que uma economia desse tipo é pouco sofisticada, ou então muito sofisticada, e na verdade há um meio de campo enorme, gigantesco, uma área imensa de crescimento para a expansão de pequenas e microempresas de todo tipo.



Por ocasião da Rio+20, que vai realizar-se em junho de 2011, nós estamos organizando, juntamente com a SECIS, que é a Secretaria coordenada pelo meu colega Marco Antonio, e com a UNITAR, que é uma instituição da ONU, uma Feira Internacional de Tecnologias Verdes, a que nós vamos trazer empresas de fora do Brasil, e vamos abrir os nossos *stands* para as empresas brasileiras, com um esforço muito grande para que as pequenas e microempresas participem.

Só para os senhores terem uma ideia, todo o aparato do Rio Centro, que é onde vai realizar-se a Rio+20, que trará gente do mundo todo para a discussão do meio ambiente, será iluminado por geradores de base etanol e elétrico, que são geradores únicos no mundo, e que estão sendo desenvolvidos por empresas brasileiras. Já estão prontos, estão em operação, e foram todos eles financiados ou apoiados diretamente pela FINEP.

Estou levantando isso para os senhores porque, embora seja uma área de alta tecnologia, que exige uma integração muito grande com as universidades, com centros de pesquisa e com empresas privadas, a construção de famílias desses geradores de base na eletricidade e no etanol, que combinam esses dois componentes, essas duas fontes de energia, abre perspectivas imensas para um processo muito caro a nós brasileiros, que é o processo de inclusão social.

Pequenos geradores já podem ser alocados, e já estão sendo alocados, em comunidades distantes. Esses geradores são a base daquilo que resta, daquilo que fica da utilização da cana-de-açúcar para a produção do etanol. Os geradores movimentam-se à base do bagaço da cana. Eles abrem perspectivas para a implantação de pequenas e microempresas, eles estimulam empreendedores nessas comunidades. Quer dizer, eles abrem, portanto, um ciclo extremamente virtuoso para comunidades. Sem esse tipo de fonte de energia jamais poderíamos pensar em integrar e incluir essas populações. Isso é extremamente importante porque, nas condições que são dadas hoje, nós poderemos fazer não somente essa integração social, mas a integração digital; poderemos conectar comunidades mais distantes a todo processo de globalização, de informação e de comunicação, que está em curso hoje no Brasil e no próprio mundo.



Estas são as áreas de atuação da FINEP: nós atuamos desde a pré-incubação de uma empresa, passando pelo processo diretamente de incubação, pelo crescimento das empresas, até chegar à sua expansão e à consolidação.

Há um número imenso de programas que nós fazemos utilizando os mais variados instrumentos, basicamente chamados de não reembolsáveis, aquilo que vai e não volta. Esses são recursos orientados para universidades, estudos e pesquisas. Há aquele recurso que vai e não volta, que se chama subvenção econômica. É uma modalidade de uso recente no Brasil. Nós estamos aprendendo a fazer isso. O nome aqui chama “subvenção”; ganhou o nome de subvenção econômica, e foi possibilitado pela aprovação da Lei de Inovação em 2006. Os países avançados usam intensamente subvenção econômica. São recursos que antigamente eram chamados de fundo perdido e orientados exclusivamente para empresas, de todo tipo, de todo tamanho: grandes, médias, pequenas ou microempresas.

A FINEP tem um programa, aquele primeiro — que está escrito PRIME —, totalmente orientado para pequenas empresas. Estão preparando agora, e é o que vou apresentar para vocês, o relançamento dele, que seria uma versão de PRIME Tecnologia, que vamos lançar, inclusive, em conjunto com o SEBRAE. Vou mostrar já para vocês.

Temos um trabalho muito forte que se chama Inovar Semente, que é a atuação da FINEP em fundos de *venture capital* ou capital semente, para ajudar empresas nascentes a se firmarem no mercado, a conseguirem sua implantação. Esses fundos dão assistência de todo tipo, inclusive de gestão, para que as empresas possam se firmar. É um trabalho bastante grande. A FINEP, hoje, investe nesses fundos — em 28 fundos espalhados pelo Brasil — cerca de 450 milhões de reais.

É bom lembrar, dada uma atuação bastante cautelosa nossa, que os fundos em que a FINEP investe constituem uma espécie de farol, porque a nossa rentabilidade é perto de 12% maior do que a média do mercado. Então, as atividades que nós promovemos são sempre orientadas, acompanhadas, seguidas com muito interesse por dezenas de outros fundos nacionais e internacionais que trabalham com tecnologia.



Lembro que esse é dos mercados mais promissores do Brasil. Fundos de investimento na área tecnológica constituem um elemento-chave para todos os países desenvolvidos. No Brasil, temos uma atividade absolutamente embrionária, incipiente, muito pequena, que faz com que nossas pequenas empresas não contem com esse elemento, com essa aposta que é feita por investidores, de tal forma que elas possam se desenvolver, se beneficiar do investimento e se expandir como merecem, como devem.

Não vou perder tempo de falar sobre a importância das pequenas empresas. Eu só gostaria de lembrar o seguinte: a FINEP cresceu muito neste ano em uma de suas pernas, que é a perna de crédito. Nós recebemos no início do ano 1 bilhão e 750 milhões de um programa que chama Programa de Sustentação do Investimento, criado em 2008 para enfrentar a crise econômica. Esse programa oferece recursos bastante acessíveis, a 4% ou 5% ao ano, portanto juros negativos; 3 anos de carência, 10 anos para pagar. Mas eu quero dizer que nós tivemos da Presidente da República a tarefa de desembolsar e de comprometê-los até o fim do ano. Em 1º de julho, nós estávamos com todos esses recursos comprometidos, 1 bilhão e 750 em menos de 4 meses.

Claro, todos esses recursos são voltados para tecnologia e inovação. Nós não fazemos como, por exemplo, faz o BNDES: modernização, expansão, exportação, infraestrutura. Isso é no irmão ao lado, no BNDES; não é conosco. Nós fazemos tecnologia e inovação.

Esse é um sinal dos tempos. Eu acredito que as pequenas empresas estão caminhando no mesmo passo. Ou seja, diferentemente de outros momentos da nossa história, apesar dos percalços da economia, o crescimento da demanda em inovação em tecnologia não se retraiu; pelo contrário, cresceu de forma exponencial na FINEP.

O Ministro levantou aqui o dado de que temos, na segunda fase, 4,2 bilhões de demandas já consolidadas na FINEP. É verdade. Nos últimos 15 dias esse número passou para 5 bilhões em demandas em tecnologia, em inovação.

Lembro a V.Exas. que a perna crédito, que cresce muito fortemente na FINEP, atinge um número muito pequeno de pequenas empresas, microempresas, que têm uma dificuldade gigante para utilizar o crédito, mesmo em condições



excepcionais como as que oferecemos. Claro, a FINEP está aberta a qualquer tipo de empresa, a qualquer tipo de projeto que diga respeito à tecnologia, à inovação. Sabemos que as pequenas empresas não trabalham, em sua esmagadora maioria, com crédito porque têm muito pouco a oferecer em termos de garantia, em termos daquilo que pode dar retorno e pode honrar seus compromissos. Elas evitam, hesitam e têm dificuldades em contrair esses empréstimos. Por isso que o segundo elemento que utilizamos, que é o não reembolsado para empresas, é o elemento privilegiado que a FINEP utiliza há muito, vai utilizar e continuará utilizando para as pequenas empresas.

Vou mostrar agora a V.Exas. o programa que está sendo gestado juntamente com o SEBRAE, que será lançado ainda este ano. É um programa que tem na sua base descentralização, desburocratização e garantia de recursos. Essa é a base que está orientando toda nossa atividade para as empresas de pequeno porte.

Aqui tem um programa: FINEP com o Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovação e o SEBRAE. As diretrizes são: inovação, descentralização, integração de instrumentos. Vamos tentar apresentar um programa de peso.

A FINEP é uma organização que tem base no Rio de Janeiro, tem uma regional em Brasília e em São Paulo, mas o fundamental fica no Rio de Janeiro. Não temos nenhuma ilusão de que, para o Brasil crescer; para a FINEP crescer mais ainda; para que haja uma explosão de pequenas empresas no Brasil, porque é isso que o País precisa, não temos nenhuma ilusão de que uma única FINEP não é capaz de dar conta desta realidade. Portanto, a nossa idéia de descentralização é fundamental para que consigamos ter capilaridade para chegar na ponta, até onde os recursos precisam chegar.

O que vamos fazer? Ao invés de centralizar a atuação na própria FINEP, nós vamos iniciar um processo de credenciamento de agentes de tipo financeiro, por exemplo, as Fundações de Amparo à Pesquisa — FAP. São nossos parceiros privilegiados, ou incubadoras.

Não queremos sequer definir com os Estados quais serão nossos parceiros, porque em cada Estado estas entidades variam na sua força, na sua dinâmica, na sua capacidade de implementação de políticas de transferir recursos, ou podem mesmo ser uma agência regional, ou uma agência estadual de desenvolvimento.



Vamos abrir o diálogo com cada Estado da Federação para que eles definam quais seriam aqueles parceiros que receberiam os recursos para fazer chegar na ponta até as micro e pequenas empresas.

A idéia é pegar recurso da FINEP, passar para o agente operacional, que pode ser uma FAP, uma FAPESP, uma FAPERJ, FAPEMIG, depende do Estado, ou uma incubadora, uma agência de desenvolvimento.

Estou falando de recurso de subvenção, não de crédito. De crédito qualquer empresa pode entrar a hora que quiser na FINEP para solicitar este afluxo contínuo. Isso aqui é feito por edital, segundo a lei. Temos que abrir uma chamada pública para fazer esta distribuição e transferência de recurso.

Então, a FINEP repassa à agência operacional, os recursos são repassados diretamente às empresas pelo agente operacional e, ao mesmo tempo, nós, juntamente com o SEBRAE, atuaremos numa dimensão diferente: vamos atuar na área mais ligada à produção e geração de tecnologia e inovação e o SEBRAE vai atuar muito mais na área de gestão e comercialização. Então, vamos fazer um trabalho combinado. Estou me reunindo com o Presidente do SEBRAE, Luiz Barretto, já há algum tempo, já acertamos essa participação. Amanhã fecho essa participação, espero fechar esse programa com o SEBRAE para preparar e apresentar o lançamento do edital.

O edital será de 220 milhões de reais, isso da FINEP, mais 50 milhões do SEBRAE. Essa é a costura que estamos tentando fazer. É possível, dependendo da generosidade do nosso Ministério, que cheguemos a 300 milhões. Se conseguirmos aumentar os nossos recursos de 220 para 250 milhões, mais 50 milhões do SEBRAE teríamos 300 milhões.

Mas a ideia básica com a qual estamos trabalhando é 220 milhões no edital de subvenção econômica, ou seja, um recurso que é não reembolsável. Ele vai para as empresas, as empresas têm que oferecer uma pequena contrapartida exatamente para compensar o recurso público que é transferido. Depois, elas têm um plano de trabalho que têm que cumprir; elas serão fiscalizadas, supervisionadas como qualquer atividade referente à transferência de recurso público para o setor privado no Brasil, de acordo com a legislação que seguimos.



Nessa chamada pública, esses recursos estão orientados exatamente para apoiar a infraestrutura também do agente operacional em cada Estado. Nós vamos ter que treinar e trabalhar em conjunto com o agente estadual, ou com as FAPs ou com as incubadoras, de tal forma que saibamos exatamente o que pedir das empresas, que tipo de atividade, que tipo de resultado temos que esperar e que queremos obter. Vamos, inclusive, organizar um sistema de suporte e capacitação operacional para todos esses agentes.

A ideia é que, por empresa, consigamos repassar, no máximo, até 400 mil reais. Isso abre uma perspectiva de trabalhar. Esse é o nosso teto; pode ser menos, depende do projeto da empresa.

O PRIME, na primeira versão, dava um valor fixo de 120 mil por empresa, via incubadoras. A descentralização foi via incubadoras. Em alguns Estados funcionou bem, em outros funcionou de forma diferente. Por isso este ano estamos abrindo, nessa nova versão, um debate com o Estado para definirmos exatamente qual será o agente que vai transferir e supervisionar as micro e pequenas empresas que vão solicitar os nossos recursos.

A ideia aqui é aumentar o teto, não equalizar e fazer com que todos os projetos sejam de 120 mil, por exemplo, como fizemos na primeira versão, mas abrir a possibilidade para que a empresa defina exatamente qual é a sua necessidade. O teto é 400 mil reais e o período de execução financeira é de até 2 anos para que ela consiga executar esses recursos que ela recebe.

A ideia é 220 milhões do FINEP e 50 milhões do SEBRAE. Como eu já disse, daria um programa nacional de 270 milhões de reais.

Vamos abrir um diálogo direto com SEBRAE, ANPROTEC, CONSECTI, o conselho que reúne todas as FAPs no Brasil, mais o CONFAP, o conselho das FAPs, e todos os outros agentes envolvidos, associações, para recolher sugestões e propostas para formatar o melhor programa possível que esteja a nosso alcance.

Toda nossa atividade de balanço do primeiro PRIME foi chave para compreendermos que é fundamental expandir esse movimento de descentralização. Então, está longe de nós a ideia de querer manter esse predomínio e definir ou chamar toda responsabilidade para nós num único ponto no Brasil para que todos nos olhem. Queremos exatamente descentralizar porque não há outra maneira nem



de crescer, atingir as pequenas empresas, nem de aumentar e dar a capilaridade de que os recursos precisam para irrigarmos o sistema de inovação e de tecnologia de tal forma que tenhamos, efetivamente, no Brasil, uma dinamização da economia a partir das micro e pequenas empresas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Muito obrigado ao companheiro Glauco Arbix pelas suas considerações sobre o tema. Nossos cumprimentos.

Concedo a palavra ao companheiro de simpósio Dr. Roberto Simões, para fazer a sua apresentação.

O SR. ROBERTO SIMÕES - Bom dia, senhoras e senhores. Gostaria de saudar o Deputado Júlio Campos, coordenador deste painel; os demais colegas da Mesa e de cumprimentar os organizadores deste evento, tendo em vista a sua importância e o momento muito propício para discutir estas questões.

Para tentar não extrapolar o tempo, eu pediria que fôssemos diretamente ao terceiro eslaide, que mostra como o SEBRAE trabalha.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Hoje, o trabalho do SEBRAE inicia-se focado no Programa SEBRAETEC. Alguém já disse aqui que seria preciso revitalizar o Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas. Esse é o PATME de 2004 para cá.

Por meio do SEBRAETEC, onde o SEBRAE se coloca? Entre os fornecedores de serviços tecnológicos e os tomadores, que são as micro e as pequenas empresas, ou seja, as pequenas de pequeno porte.

O SEBRAE não é, jamais será, fornecedor de tecnologia. Ele é apenas o elemento que está tentando fazer essa ligação, dada, muitas vezes, a impropriedade de um desses segmentos conversar com o outro. Nós estamos tentando promover essa aproximação. Essa é a grande atribuição do SEBRAE.

Quais são os objetivos? Fazer com que as micro e pequenas empresas inovem em produtos, processos, *marketing* e gestão; implementem boas práticas de produção; aumentem a eficiência; eliminem desperdícios, reduzindo os custos de produção; criem um outro *design* de embalagens e/ou de produtos; melhorem a qualidade dos produtos e processos.



No próximo eslaide veremos que ficamos sempre ao redor desses nove eixos que compreendem, novamente: aumentar a eficiência; inovar nos produtos, processos, *marketing* e gestão; automatizar processos e atuar em comércio eletrônico; melhorar a qualidade de produtos, processos, serviços e atendimento; implantar boas práticas de produção; registrar marcas e patentes para proteger o patrimônio e agregar valor; eliminar desperdícios, reduzindo os custos; criar um outro *design* de embalagens e produtos e adequar-se às normas e aos regulamentos vigentes.

Qual é a estrutura atual do Programa SEBRAETEC? Trata-se de um programa de abrangência nacional que subsidia o acesso das micro e pequenas empresas entre 80% e 90% do custo do consultor, além de outras atividades. A meta nacional, lançada para 2011, foi atingir 20 mil empresas, e já pensamos em 30 mil para 2012.

O importante é que temos uma ampla rede de fornecedores de serviços tecnológicos. Esses fornecedores são credenciados pelo SEBRAE — neste momento, são 483 fornecedores. Eles detêm um leque muito variado de serviços, podendo, portanto, atender a uma gama enorme de empresas que procuram esse tipo de fornecedores de serviços.

Como funciona este esquema? De novo, temos duas formas: a microempresa vai ao SEBRAE. Como ela vai? Por meio dos cerca de 800 pontos de atendimento que temos; pelo portal SEBRAE, que é outra forma extremamente fácil de entrada, ou ainda pelo *call center* do 0800 do SEBRAE. Isso a empresa indo buscar.

Agora, para incrementar essa ação, criou o SEBRAE um novo programa com os chamados agentes locais de inovação. Estes vão à empresa, fazem o caminho diferente. Uma vez que a empresa, às vezes, sente-se tímida e sem condições de procurar, o SEBRAE vai até ela oferecer esse serviço.

Quem são esses agentes locais? São técnicos recém formados que viram bolsistas contratados pelo CNPq, tipo de *trainee*, com duração de até dois anos de contrato. Eles é que vão, então, fazer esse trabalho, que é um atendimento gratuito, *in loco*; ele vai à empresa. É continuado, ou seja, tem um período em que ele acompanha, como veremos um pouco a frente; é especializado, nós temos o mais



variado tipo de profissional dentro desses 453 ALIs que já existem hoje — devemos caminhar para mil em breves tempos — e é um atendimento customizado.

Ele vai à empresa, chega lá, qual é o primeiro passo? É, logicamente, uma conversa de sensibilização, de motivação para que haja adesão ao processo. Num segundo ponto, aí provavelmente já junto com o especialista, faz-se um diagnóstico da situação daquela empresa, o que chamaríamos ali o momento zero daquela empresa em relação ao seu grau de inovação e tecnologia. Em comum acordo com o empresário, aí agora vendo o estágio em que a empresa se encontra, estabelece-se um programa de ação. Esse programa, então, vai ser implementado. Aí, seis meses depois, é feita uma pesquisa de para onde isso foi e, mais seis meses depois, então, o agente passa ali, entre um ano e ano meio, por aí, acompanhando essa empresa, para que ela finalmente adote o processo na sua integralidade e execute aquele processo de inovação, de modernização tecnológica que necessitava.

Aqui é para se ter uma ideia do mapeamento da disponibilidade das prestadoras de serviços tecnológicos já credenciadas. Como eu disse, são em número total de 483, e cresce o número porque, naqueles de amarelo que ainda não estão funcionando, os editais de credenciamento já estão abertos e provavelmente teremos um número bem maior de fornecedores desses serviços tecnológicos.

Então, vamos ver alguns exemplos de empresas atendidas. Neste caso, em que se trata daqueles primeiros eixos de *design* de produto, postos e ambientes de trabalho, vejam só a figura dessa loja de alimentação antes do atendimento e, em seguida: há uma limpeza. Evidentemente, vocês vêm que é uma outra figuração.

Mais outro exemplo. No caso, são desenvolvidos equipamentos em que você faz a ginástica ali do dia a dia na bicicleta, gerando energia. Um outro aparelho curioso também, em que você gera energia manualmente para carregar seu celular.

Este é um caso de qualidade. Lá, no nosso norte de Minas, há o célebre pequi, que era uma riqueza local sem forma de comércio. Então, levou-se a essa cidade, chamada Japonvar, essa qualidade em envasar polpa de pequi e, no próximo eslaide vocês poderão ver farinha de pequi, que hoje tem uma alta comercialização para todo o nordeste, que aprecia muito esse produto.



Também na área de indicação geográfica, outro item em registros de marcas e patentes, dois exemplos marcantes: um, no Vale dos Vinhedos, no Rio Grande do Sul, que já conseguiu esta indicação, e o Café do Cerrado Mineiro, que também entrou nessa linha de indicação geográfica e hoje é um produto que tem sempre, nas suas vendas, 15%, mais ou menos, até 20%, de preços mais favoráveis do que os outros simplesmente por uma política de definição territorial, de indicação geográfica e de um *marketing* mais bem feito.

Na linha de logística, *layout*, melhor organização, há um caso de confecção e em outro caso de produção leiteira.

Também no caso de tecnologia da informação, desenvolvendo atividades de *e-commerce*, automação comercial e industrial e meios eletrônicos de pagamento.

Finalmente, o depoimento de uma empresária que foi atendida por esse programa nessa forma que nós mostramos. Ela dá o seu depoimento desta forma:

“O diagnóstico do consultor foi imprescindível para essas conquistas. Teve sensibilidade e, ao mesmo tempo, um profissionalismo que superou nossas expectativas. Ele atingiu exatamente o que nós queríamos, e nosso envolvimento, empresa e consultor, foi sincronizado.”

Então, essa empresária, que tem a marca Lazarella, apresenta hoje seus produtos com muito mais facilidade, como diz a empresária Rosângela Kraemer.

Então, esse é o método; hoje é o modo como o SEBRAE trabalha, para ir bem direto ao assunto, nessa questão da extensão da inovação e tecnologia, procurando, então, a melhor maneira de levá-la direto até a micro e pequena empresa, resolvendo essa questão que, uma vez mais, é muito oportuna ser discutida, tendo em vista a sua importância para o desenvolvimento e sustentabilidade dessas micro e pequenas empresas.

Era isso o que tínhamos a relatar. Muito obrigado aos senhores e bom dia.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Obrigado ao Dr. Roberto Simões pela sua contribuição a este debate.

Passo a palavra ao Sr. Sérgio Luís Souza Motta para a sua exposição. O senhor dispõe de 15 minutos.



O SR. SÉRGIO LUÍS SOUZA MOTTA - Gostaria de saudar os integrantes da Mesa.

Senhores e senhoras presentes, é com grande satisfação que o SENAI participa deste seminário *A Extensão Tecnológica no Brasil*.

Gostaria de parabenizar o Deputado Ariosto Holanda pela iniciativa de realização do evento, que conta com dois painéis: hoje pela manhã sobre assistência tecnológica e, à tarde, sobre formação, capacitação, tecnológica.

Muitos de vocês devem estar perguntando por que o SENAI participa deste primeiro painel sobre assistência tecnológica a empresas. É justamente sobre isso que eu gostaria de falar.

O SENAI foi criado em 1942 por iniciativa do empresariado. Hoje é considerado o maior complexo da educação profissional da América Latina, e todos conhecem o SENAI por esse papel. Temos presença nos 27 Estados e 797 unidades operacionais.

Hoje o SENAI atua em 28 setores produtivos com 797 unidades operacionais, das quais 326 são unidades móveis. Inclusive, destaco a unidade que é um barco que atende a Região Norte.

Nós temos uma rede com 200 laboratórios, 89 acreditados pelo INMETRO, e outros organismos também. É importante destacar que esses laboratórios não são didáticos, mas de prestação de serviços, atendimento à indústria para a realização de ensaios e calibrações. Aqui já começa um papel do SENAI que não é muito conhecido. O SENAI é muito mais conhecido na sua formação profissional, na educação tecnológica.

Na educação, desde 1942, desde a sua fundação, nós capacitamos cerca de 52 milhões de alunos, e só em 2010 tivemos cerca de 2 milhões e 300 mil matrículas.

Na área de inovação e tecnologia, área em que o SENAI não é tão conhecido, nós realizamos 127 mil serviços no ano de 2010 e atendemos a 19 mil empresas com serviços tecnológicos, mobilizando um total de 2 milhões de homens/hora.

A missão do SENAI é promover a educação profissional e tecnológica. Porém, poucos conhecem que a segunda parte da missão do SENAI seria



promover, também, a inovação, a transferência de tecnologia para a indústria, contribuindo para elevar a competitividade da indústria brasileira.

Atendemos aos 28 setores produtivos — aí eu destaco quais são os setores — e áreas de atuação também. Algumas são transversais, como meio ambiente e *design*. Eu vou falar um pouco mais a frente sobre isso.

Essas ações na área de serviços tecnológicos são destinadas à criação, ao fomento da inovação na indústria brasileira, à melhoria de processos, à otimização de processos e produtos, ao desenvolvimento de conhecimentos e informações, à certificação dos produtos brasileiros e de processos e à realização de ensaios e calibrações.

O SENAI se estruturou de forma a atender a essa demanda industrial por serviços tecnológicos. O SENAI é muito procurado pela formação da mão de obra para a indústria, porém, ele ainda não é tão procurado quando uma empresa tem um problema tecnológico. O SENAI se estrutura em forma de rede — agora, para atendimento em todo o território nacional — para prestar serviços demandados pela indústria voltados para atendimentos e soluções tecnológicas.

Atualmente, temos essas redes disponíveis, desde o Amapá até o Rio Grande do Sul, com a Rede SENAI de Alimentos, Bebidas, Automação, *Design*, Energia, Logística, Manutenção, Meio Ambiente, Tecnologia da Informação e Metrologia.

E a rede atua de forma a unificar essa competência tecnológica, que é muito concentrada, hoje, no Sul e Sudeste, levando também essa competência para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Empresas no Norte do Brasil podem ser atendidas por técnicos que são distribuídos em todo o território nacional. Por exemplo, técnicos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia podem atender empresas localizadas no Estado do Amapá, por exemplo.

Eu vou trazer agora alguns exemplos de atendimento. Esse aqui foi feito para o setor moveleiro. Realizamos um estudo de pesquisa de mercado para o setor moveleiro — esse aqui para o Estado do Paraná — em que foi identificado desde a demanda do consumidor, passando pelo *design* daqueles móveis e até mesmo a intervenção no processo produtivo, resultando num produto de maior competitividade para aquele setor moveleiro.



Atualmente, temos essas competências do setor moveleiro espalhadas pelo SENAI, porém, esses serviços são disponibilizados também em todo território nacional por meio da rede.

Esse é um segundo exemplo. Na área de meio ambiente as empresas necessitam cumprir a legislação ambiental e, dessa forma, damos apoio às empresas nos seus relatórios de impacto ambiental, monitoramento de efluentes.

Aqui é um exemplo de serviços que fizemos para o Estado da Bahia, mas que podem ser disponibilizados para qualquer outra empresa.

Na área de recursos hídricos demos suporte ao Governo da Bahia com relação ao monitoramento das suas bacias hidrográficas, o que dá suporte à indústria no momento em que ela tem que fazer o seu marco zero, ou seja, saber em que situação aquele rio se encontrava antes da sua implantação. Então, isso facilita a implantação de empresas também.

Esse exemplo foi muito interessante, pois no Estado do Espírito Santo as olarias tinham uma ineficiência muito grande com relação ao seu processo produtivo, e nós fizemos uma intervenção tecnológica, melhorando a dimensão e oxigenação desses fornos. Dessa forma, com essas intervenções tecnológicas nas olarias do Espírito Santo, tivemos uma redução do consumo de combustíveis — aqui no primeiro gráfico abaixo — de 50%, e também houve aumento da produtividade dessas olarias.

Na área de logística o SENAI fez uma intervenção tecnológica numa empresa de Santa Catarina, em que fizemos um estudo do *layout*, do sistema produtivo, do fluxo de valor daquela empresa. E com essa intervenção tivemos também alguns indicadores: o tempo de montagem foi reduzido; houve aumento da produtividade; o estoque da empresa foi reduzido; a área necessária também foi otimizada, enfim, a empresa pôde utilizar a referida área só com mudança de *layout*.

E é interessante ouvir o depoimento desse empresário, pois ele afirma que, se não fosse a intervenção do SENAI, a empresa poderia estar de portas fechadas.

Nós também tentamos mostrar ao empresariado — às micros, pequenas e até às grandes empresas — a visão ambiental. Então, fizemos um seminário com relação ao *design* sustentável de produtos já observando a lei com relação à



disposição de resíduos sólidos, para que a empresa possa atender a toda essa legislação ambiental.

Essas são algumas empresas que foram atendidas pelas redes tecnológicas do SENAI — refiro-me aos serviços tecnológicos, e não à capacitação de mão de obra.

Esse é um trabalho por meio do qual tentamos facilitar o acesso do empresário a essas informações. Hoje essas redes têm uma programação visual única, e a gente tem essa disponibilização por meio de *hot sites* e *folders*.

Enfim, tentamos viabilizar e facilitar o acesso do empresário aos serviços que são oferecidos.

Esse aí é um exemplo do *design* e também meio ambiente.

Nós fazemos divulgação em revistas técnicas, em relatórios e participamos dos principais eventos. Em fóruns em que há discussões sobre esses assuntos temáticos, temos a presença constante e corporativa do SENAI, onde também disponibilizamos informações às empresas.

Eu gostaria de finalizar dizendo que é uma grande satisfação para o SENAI. O SENAI tem muito orgulho de participar desse processo tanto de formação de mão de obra, melhorando a competitividade deste País, como também no fomento ao desenvolvimento da competitividade da indústria brasileira.

Isso tudo, conseqüentemente, trará também um posicionamento melhor do nosso País no mercado internacional.

Muito obrigado. Eu coloco os meus contatos à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Agradecemos ao Dr. Sérgio Luís Souza Motta pelas suas considerações.

Neste instante gostaria de indagar ao plenário sobre se há alguma pergunta por escrito a ser respondida pelos nossos palestrantes. Informo que a nossa secretária e os nossos assessores colherão as perguntas por escrito.

Vamos ter, no máximo, 20 minutos para essas respostas, mesmo porque às 12h30min vamos encerrar o painel e convocar os palestrantes para retornarem às 14 horas, impreterivelmente, para reinício da segunda sessão, que vai abordar a formação tecnológica.



Pergunta dirigida ao Sr. Marco Antônio: *“Qual a possibilidade de as faculdades e universidades municipais participarem do Projeto CVT?”* Identificação: Sr. Antônio Habib.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA - Basicamente, o desenho que estamos propondo está centrado no fortalecimento da relação com institutos de ensino e pesquisa de natureza pública. Eu não conheço especialmente alguma universidade ou faculdade pública de caráter municipal. Se houver, estamos abertos a essa parceria.

Nós não excluímos, de qualquer maneira, a possibilidade de entes privados apresentarem projetos para a criação de CVTs. O que nós estamos enfatizando é a ideia da parceria prioritária com entes públicos, a ideia de que qualquer ente público tenha necessariamente a interveniência de uma instituição de ensino e pesquisa no desenvolvimento do projeto técnico-pedagógico e excepcionando a parceria com entes privados.

No caso dos entes privados, deverão eles ter, no mínimo, 5 anos de experiência comprovada na área de extensão tecnológica e, além da experiência de 5 anos, também deverão responder pela contrapartida de custeio, nos mesmos termos das demais situações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Pergunta ao Dr. Glauco: *“Esse novo programa será lançado ainda em 2011? Em sendo FAPE, haverá necessidade de contrapartida? Quanto será para cada real da FINEP? Todos os Estados estão aptos ou só quem tem “PRIME”? Por que não houve levantamento de editais até a presente data, apoios aos ICTs e ao IFEPs na área da inovação?”*
Pergunta da Keyliane.

O SR. GLAUCO ARBIX - Keyliane, primeiro, em sendo fechado o acordo com o SEBRAE, o edital será lançado este ano. É assim que estamos trabalhando. Foram lançados os do ano passado e estamos lançando os deste ano. Nenhum outro — já aproveito para responder a última parte — edital foi lançado até agora, porque recebemos os tetos de empenho, o financeiro e o nosso orçamento no final de maio. E aquilo que é liberado para a gente investir chegou às nossas mãos a menos de 1 mês.



Então, todos os editais estão sendo preparados e serão lançados ainda este ano, sem nenhuma descontinuidade de nenhum programa.

Em segundo lugar, você pergunta se haverá a necessidade de contrapartida das FAPes. Respondo que sim, contrapartida de 20%, porque o objetivo do programa de descentralização é potencializar exatamente o investimento central que é realizado.

Então, o nosso programa contará com 220 milhões, com mais 50 milhões do SEBRAE, além de 20% de cada FAPE ou de cada incubadora como contrapartida. A FAPE pode dar a contrapartida, mas o agente local deve ser a própria incubadora, por exemplo. Não há obrigatoriedade de que seja FAPE.

Nós definimos no passado, no primeiro programa *PRIME*, que tudo seria feito via incubadoras. Nem sempre isso funciona, inclusive isso se refletiu no balanço que elas mesmas fizeram.

Então, este ano, vamos deixar a negociação com cada Estado, para que o agente seja determinado pelo Estado. Ou seja, o Estado deve saber se será uma agência de desenvolvimento, ou uma FAPE, ou uma incubadora, ou um arranjo entre os três, porém, definindo qual é o receptor dos nossos recursos. Não haverá problema. Nós estamos dispostos a discutir com cada Estado e a definir um mecanismo de trabalho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Pergunta de Leila Teixeira ao Dr. Roberto Simões, que informa que o SEBRAE em Minas fechou esta semana, com a Secretaria de Ciência e Tecnologia de Minas, parceria para implantação do programa na Rede CVT, em Minas Gerais, com 84 pontos funcionando. Estamos muito entusiasmados com a parceria. Para comentar.

O SR. ROBERTO SIMÕES - Célia, eu fico muito feliz com a informação. Eu deixei o Conselho do SEBRAE no final do ano passado e já àquela época a gente já procurava esse contato, vendo nos CVTs uma grande possibilidade de ações conjuntas. Ótima notícia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) – Chega-nos uma pergunta ao Dr. Sérgio Motta: *“Com visão no item tecnológico, que o SENAI busca aperfeiçoar, a Rede CVTs de Minas Gerais está desenvolvendo parcerias com os*



SENAIs locais na gestão de laboratórios vocacionais do setor moveleiro”. É uma informação também. O senhor quer comentar alguma coisa?

O SR. SÉRGIO LUÍS SOUZA MOTTA - É, o SENAI busca sempre fazer parcerias com instituições que tenham o mesmo papel, de forma a fortalecer essa ação. E eu fico feliz com a informação. Eu também não estava sabendo dessa ação. Isso já vai fazer parte aí do nosso portfólio também de ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Duas perguntas ao Dr. Marco Antônio: *“Gostaria de saber se os institutos tecnológicos estaduais, no caso CENTEC, organização social do Ceará, através da Secretaria de Estado, terá acesso a recursos CVT?”* A pergunta é da Geórgia Aguiar.

E a outra pergunta é a seguinte: *“Como se dará a articulação entre os CVTs e os NITs, Núcleos de Inovação Tecnológica?”* A pergunta da Cristiane.

O SR. MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA - Em relação ao CENTEC, devo dizer que o CENTEC já dispõe de recursos para a CVT. Então, como eu disse, conferimos uma ênfase à nossa relação com instituições de ensino público, mas previmos situações como essas das O.S. Apesar de essas organizações sociais serem de natureza privada, elas recebem recursos públicos, pois cumprem uma finalidade pública. E o que a gente está prevendo é que, no caso de O.S. vinculadas a Estados e Municípios que atuam nessa área e que têm *expertise* comprovada, histórico de atuação no setor, elas também poderão continuar integrando a rede ou pleitear a ampliação da própria rede ou ainda propor a criação de uma nova rede.

Em relação aos núcleos — não sei se foi a própria Geórgia que se referiu a esse assunto —, não sei se ela se refere aos INCTs, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, mas esse é um assunto que ainda não detalhamos.

Os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia compõem uma rede que agrupa pesquisadores das universidades e têm como uma das suas tarefas promover pesquisa aplicada e extensão tecnológica.

Creio que há um desafio aí, qual seja o de articular a relação dessa rede com os CVTs. Mas esse é um passo que nós ainda não demos, precisaremos dar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) – A última pergunta é, na verdade, uma sugestão do Franklin Nascimento. Assim diz ele: *“Por que não temos*



aqui no plenário intérpretes ou tradutor de sinais, nem materiais em Braille, se estamos falando de inovação tecnológica com inclusão?

Essa é a uma sugestão à Mesa Diretora, para que tome as devidas providências e para que nos próximos encontros isso não ocorra.

Nesta oportunidade queremos declarar encerrado o presente painel, agradecendo a presença de todos os participantes e palestrantes.

Convido a todos para o segundo painel, a ser realizado a partir das 14 horas, neste mesmo auditório, com o título: *“Capacitação Tecnológica da População”*.

Bom almoço a vocês. Muito obrigado e felicidades a todos. *(Palmas.)*